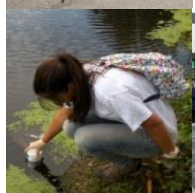


2011  
2014

# PROJETO EDUCATIVO

## Educar para uma Sociedade de Valores



7 de dezembro de 2011



# ÍNDICE

## Preâmbulo

### PARTE I – Quadro geral

#### I – Introdução

1. Função e validade
2. Estruturação

#### II – Enquadramento e princípios orientadores

1. Desafios
2. Princípios orientadores

### PARTE II – Quadro específico da escola

#### III – Missão e estratégia

#### IV – Caracterização e diagnóstico

1. O contexto geográfico e sociodemográfico
2. O contexto escolar

#### V – Plano de intervenção

1. Explicitação da estrutura
2. Domínios de intervenção

#### VI – Instrumentos operacionalizadores

#### VII – Monitorização e avaliação

### Referências bibliográficas

Una escuela que piensa está hecha por personas que piensan o aprenden a pensar. Aprender a pensar quiere decir literalmente abrir una discusión continua, un interrogarse continuamente, un observar, aportar material para discusiones, en que cada uno de nosotros controla la propia discusión, conciencia, responsabilidad, pensamiento ético, pensamiento cultural. Lo que importa es que la escuela piense y para pensar hacen falta muchas cabezas. Una cabeza sola puede pensar, puede llegar muy lejos, pero en el terreno de la educación se necesita la discusión conjunta, se necesita entrar en crisis.

Loris Malaguzzi, *La Integración de la Diversidad*.

*Contexto Social Dónde se Produce*

Este trabalho deve ser olhado como uma intenção de realização de um ideal de qualidade voltado para o interesse da Comunidade na qual a escola está inserida e construído com uma visão de coletivo da mesma, através de todos os seus interesses e sensibilidades, conferindo-lhe assim uma identidade.

## **PREÂMBULO**

É necessária uma escola, uma cidade e uma comunidade inteira para se elaborar um projeto educativo. São tão variadas as dimensões, tão complexas as interligações, tão diversos os agentes envolvidos que só um processo colaborativo e integrador poderá resultar num documento de convergência, consensual e orientador; em suma, um documento de referência da escola.

Ao longo dos últimos anos, a escola organizou o seu trabalho em conformidade com um projeto educativo que, entre muitos outros aspetos de relevância, devidamente identificados no relatório de apreciação do grau de consecução, aprovado em conselho geral, permitiu a estabilização de estruturas e de dinâmicas profícuas. Todo o corpo docente contribuiu para essa estabilização e dinamismo, como facilmente se comprovará pela produção abundante de documentação de trabalho como: textos de análise e de reflexão sobre os indicadores de avaliação das aprendizagens dos alunos; relatórios dos testes intermédios aplicados na escola; atas que refletem o trabalho desenvolvido em reuniões de departamento e de conselho de turma para implementação de estratégias de diferenciação pedagógica, a partir de informação elaborada não só pelo coordenador de cada departamento e/ou representante de área disciplinar, como também pelo diretor de turma; relatórios finais da sala de estudo, do POPTA, do desporto escolar; relatórios das atividades desenvolvidas, quer pelo representante dos alunos do ensino secundário no conselho pedagógico, quer pela associação de estudantes; produção e difusão de publicações variadas; atualização dos blogues existentes na escola e do portal da escola; relatório do plano anual de atividades (adequação das atividades às metas definidas no projeto educativo; avaliação dos relatórios de atividades elaborados pelos intervenientes na sua dinamização; percentagem de adesão da participação dos alunos; nível de participação dos alunos em atividades que potenciem e desenvolvam competências da leitura, da expressão oral e escrita); relatório de avaliação da implementação dos projetos curriculares de turma (aplicação dos planos de recuperação, de acompanhamento e/ou de desenvolvimento; articulação e sequencialidade pedagógicas); relatório da comissão de avaliação dos resultados dos alunos; tratamento estatístico dos resultados internos e externos dos alunos; relatório do grupo de trabalho da avaliação diagnóstica; relatório da comissão de avaliação interna; relatórios realizados pelos diretores de instalações dos espaços e equipamentos da escola, reforçando a sua vertente tecnológica; resultados dos inquéritos da comissão de avaliação interna, direcionados aos encarregados de educação sobre o acompanhamento e o envolvimento no processo educativo dos seus educandos; relatórios dos diretores de turma; relatórios do plano anual de atividades, no que concerne à presença dos encarregados de educação na escola, designadamente no Dia do Diploma, no Dia Aberto; relatórios dos coordenadores de departamento e de todas as estruturas de coordenação educativa e de supervisão pedagógica que constituem a base do funcionamento pedagógico da escola.

O conhecimento adquirido por via da experiência diária e da produção documental de toda a comunidade escolar, aliado a circunstâncias externas de mudança educativa, como a definição de escolaridade obrigatória até aos dezoito anos, e de desafios educativos nacionais, como o compromisso

com o pleno desenvolvimento dos alunos, plasmado em indicadores de sucesso social, acadêmico, de valorização das aprendizagens e do seu impacto na vida dos alunos, de incentivo ao mérito e à excelência, impõem, na transição do ano letivo 2010/2011 para 2011/2012, uma reflexão escolar conjunta para definição de um novo projeto educativo.

# PARTE I

## QUADRO GERAL

# I – INTRODUÇÃO

## 1. Funções e validade

Como instrumento de autonomia e vetor organizacional da escola, o projeto educativo afigura-se como o documento “[...] no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas, e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa [...]”<sup>1</sup>.

Este documento procura ser a representação da realidade com uma linha programática e reflexiva, diagnosticando realidades e propondo o seu processo de transformação, no sentido da expectável melhoria contínua; apresenta uma antevisão, perspetivando aquilo que a escola pretende alcançar. Por conseguinte, realiza-se num modo de um movimento coletivo e o fato de representar dinâmicas de atuação confere-lhe um caráter mobilizador.

O projeto educativo deve ser visto como a mais genuína oportunidade de a escola tomar consciência e refletir sobre a sua identidade. Enquanto tal, exprime um conjunto de normas e valores partilhados pelos seus membros, *a cultura de escola*.

A elaboração do projeto educativo assenta num conjunto de procedimentos devidamente definidos.

### (1) Diagnóstico de problemas e caracterização de contextos

Enquanto documento orientador da ação educativa, o projeto educativo esclarece o porquê e o para quê das múltiplas atividades desenvolvidas na escola, diagnosticando os problemas concretos e os contextos em que estes surgem. Desta forma, procura que a comunidade educativa reconheça as suas áreas fortes e que identifique as suas áreas de melhoria, sobre as quais importa delinear intervenção. Permite, ainda, rever o conjunto de áreas sensíveis que se mantêm como fundamentais ao bom funcionamento da Escola.

O diagnóstico realizado serve-se de diversos instrumentos de recolha de dados: observação, inquirição, análise de documentos (relatórios e guiões de entrevista a grupos de foco) e relatórios produzidos pela Comissão de Avaliação Interna da escola (CAI). Foi ainda utilizada informação proveniente de documentos de referência regional e local, nomeadamente, o plano de empregabilidade do Vale do Sousa e a Carta Educativa de Paredes, de modo a enquadrar a análise da situação da escola no início deste ano letivo (2011-2012) nas áreas que a seguir se apresentam.

### (2) Definição de um plano de intervenção

Com base não só na caracterização do meio envolvente e no diagnóstico realizado a diversas vertentes da escola, mas também na reflexão efetuada sobre os desafios que se colocam à escola, foi possível identificar necessidades e estabelecer prioridades em

---

<sup>1</sup> Alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008 de 22 de abril.

diferentes domínios específicos da atividade da escola, constituindo uma linha de atuação convergente para a consecução de uma finalidade ou missão previamente definida. Esta linha de ação integra várias dimensões e apresenta as atividades prioritárias a realizar pelos diversos agentes educativos constituindo o plano de intervenção.

### (3) Identificação de instrumentos de operacionalização

A consecução do projeto educativo da escola só será viável se estiverem assegurados instrumentos que orientem a ação educativa de todos os envolvidos. É, portanto, vital a articulação entre o projeto educativo e os instrumentos de operacionalização, a saber o plano plurianual de atividades e o plano anual de atividades, por um lado, e entre o projeto educativo e outros documentos de referência, como o regulamento interno e o orçamento, por outro.

### (4) Referenciação de procedimentos e indicadores de monitorização e avaliação

A previsão dos procedimentos, dos instrumentos e dos elementos a quem cabe emitir relatórios críticos e avaliativos do cumprimento do projeto educativo deve estar mencionada e devidamente definida no momento da elaboração deste documento. Só assim será possível ir colhendo todos os indicadores considerados relevantes durante o processo para que se possa introduzir ajustamentos de autorregulação.

A oportunidade de a escola reforçar a autonomia que a legislação lhe confere implica uma maior responsabilidade ao nível da afirmação da sua identidade. Esta deverá passar pelo desenvolvimento e/ou consolidação de valências nas seguintes áreas:

- criação de tempos e espaços de interação de pessoas e trabalho em equipa, no sentido de promover uma cultura organizacional de confiança, de compromisso, de responsabilidade partilhada;
- gestão curricular adaptada às novas necessidades de formação e criação de emprego, reforçando cada vez mais a noção de escola inclusiva;
- desenvolvimento de programas e atividades diferenciadas de orientação e acompanhamento dos alunos nos quais eles possam desenvolver competências, de forma autónoma e criativa, beneficiando dos diferentes recursos disponibilizados pela Escola, nomeadamente dos novos meios tecnológicos de aprendizagem formal, informal e cooperativa;
- dinamização de projetos, núcleos e atividades nas áreas da informação e das novas tecnologias de informação e comunicação, das ciências e das artes, do ambiente e do desporto e da promoção da saúde. Estas iniciativas possuem um carácter inclusivo, uma vez que constituem o complemento da formação escolar dos alunos que, nas áreas referidas, desenvolvem competências que, de outra



forma, não teriam possibilidade de desenvolver; tais iniciativas poderão ainda alterar ou apoiar a orientação escolar e profissional dos alunos. Por outro lado, constituem, cada vez mais, um recurso ao dispor da promoção de atividades escolares;

– educação para a uma sociedade de valores, incentivando a formação do caráter com base em valores universais, como a liberdade, a tolerância, a solidariedade e o respeito pela natureza, como referências capazes de servirem de contraponto ao individualismo, insegurança, intolerância e à insustentabilidade – fenómenos frequentemente presentes no tempo em que vivemos;

– cultura de aprendizagem e colaboração, promovendo formação contínua contextualizada para responder às exigências de um mundo cada vez mais complexo, interdependente e acelerado que vai gerando continuamente uma diversidade de problemas urgentes e imprevisíveis que exigem respostas imediatas e inovadoras;

– envolvimento da Associação de Pais e Encarregados de Educação e outros agentes externos, valorizando-se o papel de todos de forma a gerar coesão, sentimento de pertença e a motivar a generosidade e o empenho de cada um na implementação de projetos benéficos a toda a comunidade educativa;

– utilização de mecanismos de regulação, prestação de contas e reflexão sobre as práticas de ensino-aprendizagem e de gestão e organização escolar: uma cultura permanente de questionamento, avaliação e análise. Refletir é sinal de inquietação e evidencia a procura de soluções inovadoras que respondam às reais necessidades da comunidade escolar.

A tentativa de representação da realidade traçada no projeto educativo só é possível mediante uma gestão adequada de meios e recursos: humanos, materiais e financeiros. É essencialmente ao nível da elaboração dos outros documentos que fundamentam o exercício de autonomia da escola – regulamento interno, planos anual e plurianual de atividades e orçamento – que é estabelecida a combinação de meios que permitem alcançar a realidade desejada. Daí a aproximação estreita de todos estes documentos e do seu enraizamento no projeto educativo, o qual deve ser tomado como documento de charneira.

## **2. Estruturação**

O projeto educativo organiza-se em duas partes principais. Na primeira parte – Quadro Geral – incluem-se as secções relacionadas com a função e a validade deste documento, por um lado, e o enquadramento e princípios orientadores, por outro. Nesta parte, apontam-se os desafios com que uma instituição educativa se depara e as transformações que se impõem à sua ação.

Na segunda parte – Quadro específico da escola – procede-se a uma proposta de concretização dos desafios e dos princípios orientadores acima mencionados. Essa proposta parte de uma caracterização e de um diagnóstico, quer do contexto sociodemográfico e geográfico da escola, quer da comunidade escolar. A partir desse ponto de identificação de áreas fortes e de outras onde é possível

melhorar, procura elaborar uma reconstrução da realidade da escola, consolidando e respondendo a novos desafios. Ainda nesta parte, é traçado o plano de intervenção onde se identificam áreas de melhoria, se estabelecem metas e objetivos, se propõem orientações estratégicas para os alcançar e onde se indicam as estruturas mais diretamente envolvidas na sua concretização. Para a operacionalização do plano traçado, incluem-se ainda as formas de divulgação e de acompanhamento deste projeto.

Neste documento, estão também previstos os instrumentos de operacionalização e os procedimentos para monitorização e avaliação do grau de cumprimento do projeto educativo.

Os anexos contêm um esquema do plano de intervenção e quadros de estatística relativa ao sucesso escolar dos nossos alunos.

## II – ENQUADRAMENTO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

### 1. Desafios

A escola enfrenta múltiplos desafios para os quais terá de encontrar respostas, mas relativamente aos quais não existem fórmulas mágicas. Ainda assim, dada a relevância desses desafios, torna-se imprescindível que a nossa Escola tome consciência dos mesmos para, momento a momento, lhes poder dar resposta possível, consideradas as prioridades e estratégias que for estabelecendo.

Podemos, por razões de economia de exposição, classificá-los em seis grupos, embora se encontrem claramente interligados: pedagógicos, organizacionais, culturais e sociais, tecnológicos, ecológicos e identitários.

#### ***Desafios pedagógicos***

Os jovens estão sujeitos a um excesso de informação muitas vezes desarticulada, não significativa, que dificulta, senão mesmo inibe, a aquisição de conhecimento consubstanciado nos seus diferentes modelos. O excesso de informação e o predomínio da informação visual face à informação escrita colocam, entretanto, outros desafios de monta à escola. Um desses desafios diz respeito ao desenvolvimento da autonomia do aluno relativamente à consecução e à organização do seu trabalho e estudo individual e, mesmo, do seu trabalho em sala de aula. Neste sentido, devemos fornecer instrumentos e incentivar práticas que propiciem a contínua transformação da informação em conhecimento, sedimentado em modelos de expressão, compreensão e atuação.

Mas novas, e legítimas, exigências sociais colocam novos desafios ao processo de ensino e aprendizagem, em particular a extensão do ensino obrigatório até ao 12.º ano de escolaridade e a oferta de cursos profissionais, com a conseqüente diversificação da oferta educativa que implica. Enquanto o primeiro desafio exige por certo um reforço da diferenciação pedagógica e a conseqüente redução do número de alunos por turma para a tornar efetiva e exequível, o segundo impõe que a diversificação da oferta educativa não se traduza em diferentes graus de exigência pedagógica mas, ao invés, na própria diversificação dessa exigência, porventura centrada mais nos processos do que nos resultados, especialmente nos cursos orientados para a inserção na vida ativa.

Outro desafio, tanto mais desvalorizado quanto mais se encara a relação pedagógica de um ponto de vista meramente instrumental, diz respeito à relação pedagógica ser ou não, primordialmente, uma relação de afetos. Primeiramente, afetos entre pessoas que ensinam e pessoas que aprendem; posteriormente, afetos relativos a modelos humanos concretos referidos no próprio processo de ensino e aprendizagem enquanto criadores daquilo mesmo que se aprende; e, finalmente, entre pessoas que aprendem e os conhecimentos aprendidos enquanto estes são resultado do esforço criativo e emancipador desses mesmos criadores. Nisto radica a dimensão *exemplar* do conhecimento mas, igualmente, a sua dimensão *humanista*. Só através desta dupla dimensão pode o conhecimento ter um carácter apelativo, porque o esforço e mesmo a

luta pessoal inerente ao próprio processo de ensino e aprendizagem só tangencialmente é lúdico, e a dimensão de satisfação é muitas vezes o resultado da exigência e do esforço pessoais e do desenvolvimento da autoestima que os seus frutos proporcionam.

### ***Desafios organizacionais***

A diversificação da oferta educativa, do ensino vocacionado para o prosseguimento de estudos ao ensino profissional, do ensino diurno ao ensino noturno, transformou qualitativamente a escola, desde as suas práticas às suas estruturas funcionais, obrigando, por um lado, a multiplicá-las e, por outro, a estabelecer parcerias e contratos com múltiplas entidades, designadamente com empresas e instituições. Tal exige da escola, com os seus meios humanos e materiais sempre parcos face aos múltiplos desafios com os quais é confrontada, uma flexibilidade e economia organizacionais, sempre limitadas pelos complexos enquadramentos legais e institucionais.

Tais desafios exigem igualmente uma adequada e versátil interação interpessoal, quer no plano formal quer no informal, com o contínuo reconhecimento do trabalho por todos desenvolvido, mesmo daqueles que têm menos visibilidade e menos centralidade no plano educativo, mas que se revelam fundamentais no plano funcional e operacional. Para a escola continuar a fazer face a todas estas exigências sem se descaracterizar, necessita de aprofundar a sua cultura de escola, que é precisamente o que a individualiza e a torna atrativa quer para quem nela trabalha quer para quem nela estuda.

### ***Desafios culturais e sociais***

Um significativo desafio diz respeito à pouca importância que o meio social envolvente dá à educação em geral e à escola em particular. A criação de uma «Escola de Pais» que valorizasse a escola junto dos pais e que valorizasse os próprios pais em termos da sua formação.

A sociedade atual exige da escola que ela reproduza os seus padrões, os seus comportamentos e as suas aptidões, mas a escola pretende ir além dessa função social, tanto mais que tem exigências próprias e deve igualmente interpelar a sociedade, no que à comunidade em que se insere diz respeito, intervindo positiva e ativamente na sua modelação, afirmando-se como um espaço onde se cultivam os valores mais distintos da sociedade que se preconiza.

A exigência da formação integral dos alunos para um mundo cada vez mais complexo e incerto deve levar a Escola a possibilitar aos jovens o contacto com novas formas de pensar e de sentir o mundo, estilos de vida alternativos, novas profissões, novas manifestações culturais e artísticas, novos progressos científicos e tecnológicos, enquanto condição primeira da abertura ao mundo e às suas múltiplas e diversas dinâmicas.

### ***Desafios tecnológicos***

O texto manuscrito e o livro impresso, eles próprios artefactos tecnológicos, estão claramente a perder a centralidade que tiveram ao longo dos últimos séculos, enquanto veículos privilegiados da transmissão do conhecimento e da sua modelação. Podemos assim colocar a questão de saber se a atual sociedade da informação implicará ou não igualmente uma sociedade do conhecimento, ou seja, uma sociedade onde o fluxo de informação seja geralmente reconduzido a modelos cognitivos pessoais e coletivos que os interpretem e os reintroduzam com mais-valia no fluxo universal da informação. Mais uma vez, a escola tem que tomar consciência deste desafio, tanto mais que é o lugar onde o problema mais precoce e mais prementemente se coloca, cabendo-lhe traçar um caminho percussor das literacias da informação.

Se as novas tecnologias da educação redefinem o processo de ensino e aprendizagem, as práticas pedagógicas, o ambiente pedagógico e o espaço escolar, ao nível da sua diferenciação e diversificação, há que refletir em que medida redefinem igualmente o trabalho do professor, quer seja no plano da sua formação, atualização e valorização profissional, quer seja ao nível do planeamento do processo educativo e da análise e avaliação dos seus resultados.

### ***Desafios ecológicos***

Como ideia mobilizadora, *pensar globalmente, agir localmente* interpela-nos enquanto indivíduos e comunidade, designadamente como comunidade educativa. A este respeito, a implementação de boas práticas no meio escolar, a par de uma continuada e exigente educação ambiental, no que respeita a este conjunto de desafios, é da maior importância, em especial por se saber que, a este nível, são os que contribuem decisivamente para a formação e as boas práticas das famílias no plano ecológico.

Embora a escola tenha já dado passos muito significativos a este nível, manifestando mesmo um grande dinamismo e uma exigência de envolvimento de toda a comunidade escolar, existem ainda muitos desafios por vencer, em especial nos seguintes domínios: o desenvolvimento de uma escola sustentável em termos de energias alternativas, com mais-valias inquestionáveis na própria formação científica dos alunos; a implementação de uma “escola sem papel”, a qual não pode ser senão gradual e sempre dependente, tal como o item anterior, de francos progressos tecnológicos; e, por fim, a implementação de um estilo de vida saudável, nomeadamente no plano alimentar e da atividade física, estes manifestamente mais dependentes das múltiplas vontades individuais e da sua mobilização do que do progresso tecnológico propriamente dito.

### ***Desafios identitários***

O primeiro e mais significativo desafio diz respeito à procura de uma identidade. Neste sentido, a escola terá de procurar referências locais, encontrar formas que lhe permitam um enraizamento com significado. Não podendo ser indiferente ao meio em que está inserida, a escola terá que alcançar crescentes níveis de harmonização com a comunidade. Da necessidade de

reforçar parcerias, de encontrar novos parceiros, de ir ao encontro das forças vivas e de personalidades marcantes, esta terá de se encontrar consigo própria e com os seus, para que a comunidade a olhe com o necessário sentimento de pertença.

A consolidação de uma identidade poderá passar pela aventura de integrar na atividade escolar elos de ligação, significados, experiências e legados culturais de personalidades da comunidade envolvente, que permitirão catapultar a escola para níveis mais complexos de maturidade.

## 2. Princípios orientadores

Partindo dos desafios que elegemos e dando corpo à nossa estratégia, enquanto comunidade educativa, teremos que nos orientar por um conjunto de tópicos, porventura sem uma unidade efetiva, mas ainda assim pretensamente úteis para propiciar e incentivar a reflexão crítica que não pode estar ausente do dia a dia de uma comunidade educativa aprendente que se pretende dinâmica e interventiva. As distintas linhas de força do Plano de Intervenção, propondo ação e orientações ora mais específicas e particulares ora de um âmbito mais geral, implicando intervenções mais ou menos limitadas no tempo e envolvendo um maior ou menor número de estruturas e de atores, não podem senão ser norteadas por princípios claros e já manifestamente inscritos na nossa cultura de escola. É à luz de tais princípios, reformuláveis na sua expressão mais concreta mas sustentados numa dinâmica de longo prazo nessa mesma cultura e em valores que reputamos de perenes pela sua dimensão humanista, que desafios atuais e ações concretas para lhes fazer face, enunciadas no plano de intervenção, devem ser enfrentados, enquanto expressão dos valores norteadores da ação da comunidade educativa, conferindo-lhe uma identidade.

Uma escola com valores e projetos já sedimentados vai descobrindo, na sua prática e através do seu percurso, uma missão e uma constelação de princípios cuja validade ultrapassa, quanto mais não seja temporalmente, a dos projetos educativos que os preconizam. O Projeto Educativo encara a missão da Escola como sendo a de *formar cidadãos esclarecidos, autónomos e socialmente intervenientes, com capacidade de aprender a conhecer, a fazer, a conviver e a ser ao longo da vida*. Por sua vez, enunciámos os princípios que nos orientarão, na nossa Escola, a consubstanciar a nossa visão estratégica e a cumprir a enunciada missão.

### I. Desenvolvimento e aprofundamento humano

Este princípio consiste em reforçar e pôr à prova, dentro e fora do espaço escolar, um conjunto de valores partilhados, expressos nas Declarações Universais dos Direitos do Homem e da Criança, na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Entre eles evidenciam-se os seguintes:

- defesa da dignidade da pessoa humana e do seu poder de livre autodeterminação;
- respeito pelos outros independentemente do seu lugar na sociedade, da sua posição ou classe social, dos seus talentos e capacidades naturais, da sua inteligência e força (RAWLS, 1971);
- solidariedade social, contribuindo para a resolução de problemas/conflitos pela via do diálogo, da negociação e do consenso;
- implementação da igualdade de oportunidades, beneficiando os mais desfavorecidos;
- preservação de um ambiente ecologicamente saudável;

– proteção da integridade física das pessoas através da ativação de dispositivos e rotinas de vigilância e segurança.

A defesa destes valores é suportada numa compreensão pluralista da sociedade e do mundo, que encara a relação entre as várias culturas como oportunidade de enriquecimento pessoal e comunitário e via de aproximação à paz entre as nações.

Nisto radica, em grande medida, o carácter otimista e mesmo utópico da missão de educar. O primeiro manifesta-se na crença da educabilidade de cada pessoa (AZEVEDO 2003, p. 23); o segundo manifesta-se no ensejo de aprofundamento da humanidade do homem, precisamente o que corresponde ao que Savater designa como o sentido da educação: conservar e transmitir o amor intelectual ao humano (SAVATER 1997, p. 178).

Talvez a melhor forma de resumir este princípio, que é ele próprio um fim, cremos que o fim último da educação, seja citar Joaquim Azevedo sobre a missão da escola:

«A escola deve ser o lugar onde se ensina e aprende um “*thesaurus* cultural”, onde se transmitem, ao longo dos preciosos e longos anos da infância, da adolescência e do início da juventude, as atitudes e os valores que mais têm contribuído para o bem comum, onde se desenvolve uma consciência humanística e ética, essencial ao viver juntos, em paz e em melhoria constante da comunidade. A escola deve manter sempre como pontos de referência tanto uma pertença concreta, a comunidade local, como a Terra, na sua pequena vastidão, a comunidade de destino da espécie humana.» (AZEVEDO 2003, p. 44).

## II. Qualidade

Não existe uma "norma" de qualidade que se possa impor de forma absoluta; há, antes, qualidades diversas e plurais, dependentes do contexto ou da situação. Ainda assim, este Projeto Educativo concebe o conceito de **Qualidade** como sendo “o conjunto de atributos e características de uma entidade que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade;” (Definição extraída do Decreto-Lei n.º 140/2004, de 8 de junho, Instituto Português da Qualidade).

O sucesso educativo tem sido vulgarmente utilizado como medida de qualidade ou de eficácia da escola. Porém, e tal como considera J. Macbeath no seu *Guia Prático de Autoavaliação* (MACBEATH *et al.*2000), o sucesso escolar só constitui fator de qualidade se for assumido, não apenas como uma "medição contínua de resultados utilizada no final de cada período escolar, mas sim como uma medição anual da qualidade do trabalho realizado na Escola". Para o efeito, há que acompanhar - do início ao fim - o percurso de cada aluno, pois só assim é possível avaliar-se o progresso real dos alunos relativamente à sua situação inicial. Consequentemente, o sucesso escolar só é fator de qualidade da vida da Escola se considerado a partir dos seus indicadores de valor acrescentado.

Estes indicadores de valor acrescentado do sucesso escolar devem incorporar na sua explicitação a quantificação e as correções dos diversos fatores conjunturais que lhes podem reduzir a exatidão; exige-se ainda que sejam testados e sujeitos a aperfeiçoamento contínuo.



A qualidade não se deve apenas reportar às aprendizagens, embora estas sejam o seu cerne. Deve igualmente reportar-se às características da escola como espaço de vivência, às relações interpessoais, ao método de gestão e aos fatores organizacionais, à participação da comunidade envolvente, aspetos todos eles com reflexos evidentes na qualidade das aprendizagens. Esta deve entretanto implicar exigência mas não elitismo; para tal, a diversificação da oferta formativa, curricular e extracurricular e, em especial, a diferenciação pedagógica devem constituir-se como fatores decisivos na construção da qualidade das aprendizagens de uma Escola que se quer inclusiva.

Mas num contexto de um mundo em mudança, o significado, as perceções e as expectativas relativas à qualidade da educação estão a mudar. A qualidade tornou-se um conceito dinâmico. Assim compreendida, não basta uma oferta formativa diversificada e diferenciada. Uma educação de qualidade requer a redefinição dos parâmetros da educação, de modo a abranger as competências, os conhecimentos e os valores que permitam ajudar os jovens a confrontarem-se com um mundo socialmente cada vez mais complexo com autonomia pessoal e afirmação de cidadania, de modo a entrarem no universo do trabalho e da vida social respeitando a sua identidade, ao mesmo tempo que se abrem ao mundo e à sua diversidade social e cultural.

A qualidade é assim visada em função também das suas consequências, quer para o indivíduo quer para a sociedade. Para o indivíduo traduz-se em êxito escolar e em acréscimo de competências, de compreensão do mundo, de identidade, de autonomia pessoal e de autoestima; para a sociedade, a qualidade das aprendizagens traduz-se genericamente em desenvolvimento, quer em termos socioeconómicos quer em termos da construção de uma cidadania democrática e responsável. Uma escola de qualidade é, pois, aquela que tem *a capacidade de antecipar e de satisfazer as necessidades explícitas ou implícitas bem como as expectativas da sociedade em que se insere.*

### **III. Cultura de aprendizagem**

As sociedades atuais estão dominadas pela globalização económica, política, social e cultural, nas quais ocorrem mudanças rápidas e profundas. Nos últimos decénios as sociedades tornaram-se, por um lado, mais multiculturais, competitivas e exigentes e, por outro lado, mais instáveis, inseguras e imprevisíveis.

Exige-se maior diversidade de tarefas a propor aos alunos, visando o desenvolvimento de um conjunto variado de competências. Os alunos terão de ser preparados, sobretudo para lidar com situações complexas que implicam a integração de competências, conhecimentos e valores: resolver problemas em contextos diversificados, utilizar as tecnologias de informação e comunicação, selecionar e organizar informação, trabalhar em equipa aceitando e valorizando as diferenças, comunicar corretamente na sua língua e numa língua estrangeira e aprender a tomar posições voluntárias, fundamentadas e assumidas em momento oportuno.

Um mundo complexo, incerto e em contínua e acelerada mudança só pode ser confrontado com diversidade e abertura a novos modelos de compreensão e de atuação e a novas formas de pensar. Uma

escola que aprende a aprender, com os seus próprios erros e insucessos, de que toma consciência crítica e sobre os quais reflete, uma escola em que professores e outros profissionais estão dispostos a encetar novas experiências e novos modelos de atuação, desde que devidamente ponderados e refletidos, é uma escola que pratica uma cultura de aprendizagem.

Esta cultura da aprendizagem não implica estritamente a disponibilidade para aprender, errar, experimentar e procurar novas soluções; implica, igualmente, a disponibilidade para cooperar. A par e complementarmente às distintas exigências funcionais da relação professor-aluno e, mais latamente, às distintas exigências funcionais no seio dos vários atores da comunidade educativa, cabe a todos nós *aprender a cooperar* e a *aprender através da cooperação*, seja, por exemplo, no domínio da aquisição e desenvolvimento de competências nas TIC, seja na implementação de novas práticas pedagógicas e didáticas, seja ainda através de atividades e núcleos em que as exigências funcionais estão mais esbatidas, permitindo abrir e construir novos espaços, físicos e mentais, para a implementação de uma *cultura de aprendizagem e colaboração*, as quais ampliam duplamente as dimensões da liberdade e da responsabilidade tão necessárias à consecução de um projeto educativo.

#### **IV. Colegialidade e responsabilidade partilhada**

Os problemas e desafios deste mundo contemporâneo convocam-nos, a todos, para uma atualização permanente ao nível de conhecimentos científicos e tecnológicos bem como a um aprofundamento de competências pedagógicas e éticas. Encara-se aqui a ética numa aceção ampla, para designar as exigências de reflexão, ação e compromisso profissional enquanto fundamentadas em valores e fins. Refletir sobre a nossa atividade implica pensar eticamente nos momentos da decisão sobre princípios, regras e modelos de atuação, pelo que se reconhece a importância de uma deontologia contextualizada que implique a consciência da necessidade de mobilização de todos em toda a sua riqueza e diversidade, num esforço de compreensão das novas realidades emergentes e de novas formas de relacionamento entre professores e alunos, por um lado, e entre os professores e as instituições (escola e comunidade educativa envolvente), por outro. Somos pois convocados pelas exigências desta nova sociedade a um perfil profissional predisposto a uma cultura de reflexão e de exercício profissional colegialmente partilhado.

Trabalhando e aprendendo em conjunto é possível fazer a diferença. O professor precisa de partilhar perplexidades, hesitações, dúvidas e problemas profissionais e de encontrar estratégias, com os seus pares, que lhe permitam ultrapassar bloqueios e dificuldades. Naturalmente, continua a haver uma dimensão individual do trabalho docente; contudo, esta tem que ser necessariamente complementada pelo trabalho colegial regular.

A colegialidade, enquanto postura de trabalho dos professores, pode ter uma expressão importante: na preparação de recursos didáticos, nos diversos processos de avaliação escolar, na reflexão sobre as práticas letivas e resultados escolares, no desenho de estratégias de resolução de problemas pedagógicos, na promoção da inovação educativa, relativamente à partilha e discussão de problemas

profissionais, na construção de uma identidade profissional forte e dinâmica e na construção de um clima de apoio emocional entre os professores.

A cultura de escola deve assim procurar reforçar um clima de participação de grupo (BRUNET 1995, p. 131), implicando todas as estruturas funcionais da Escola, quer em termos formais quer informais, com vista a desenvolver um clima de confiança e um sentido de responsabilidade, conciliando a união de esforços para a obtenção de objetivos comuns e a diversidade na reflexão e na ação, sem as quais não se pode fazer face às tarefas complexas com que o mundo atual desafia a escola.

Por fim, a participação da comunidade, em distintos domínios da vida da Escola, a par da abertura desta àquela, exige a própria extensão da responsabilidade partilhada à comunidade e, em especial, aos pais e encarregados de educação. Aliás, essa corresponsabilização é a exigência primeira da própria missão de educar, que a demissão de uma das partes irremediavelmente compromete.

### **V. Avaliação e práticas sustentadas**

Articulado com o princípio da Qualidade encontra-se o princípio da Avaliação, enquanto esta é o processo que diagnostica situações, identifica e estabelece prioridades e necessidades, desencadeia ações para lhes dar resposta e, por fim, mede o grau da sua consecução para, então, e se for caso disso, recriar estratégias mais eficazes de resposta às situações.

A avaliação constitui um conjunto de procedimentos contínuos, regulares (de processos) e pontuais (de produtos) que, uma vez ativados, procuram garantir a sustentabilidade das práticas educativas. Uma escola comprometida com o futuro é uma escola que reconhece a avaliação como um instrumento de desenvolvimento e de melhoria da sua qualidade.

Sustentar as práticas educativas em constantes procedimentos de avaliação contribui para que os agentes da educação tomem consciência das suas próprias intervenções intuitivas e que as ultrapassem mediante uma "reflexão na ação" (Schön). A reflexão sobre a experiência permite transformar as dificuldades e os erros em oportunidades de aperfeiçoamento. Uma organização aprendente tem necessariamente de admitir o princípio do direito ao erro. Mas reconhecer este princípio implica também assumir a responsabilidade de aprender com os próprios erros. Essa aprendizagem passa necessariamente pela capacidade de problematizar, refletir e partilhar a experiência profissional num contexto de relação entre pares. Passa por dinâmicas de desenvolvimento assentes em comunidades de prática, organizadas a partir de redes de colegas com vontade de comunicar, colaborar, conviver e inovar. Com vontade de aprender.

É entretanto importante distinguir os atores da avaliação e a sua distinta função. Segundo Joaquim Azevedo (AZEVEDO 2003, p. 51), deverão ser os atores da escola a promover a avaliação, devendo a autoavaliação constituir-se como «a mais importante das dinâmicas de avaliação». Por outro lado, refere ainda o mesmo autor, é claramente mais rica se se socorrer de atores externos, enquanto seu apoio crítico.

Apenas através desta dinâmica diferenciada que implica avaliação e autoavaliação, atores internos e atores externos, é possível implementar, num processo amplamente participado e temporalmente adequado, práticas sustentadas que resultem dos próprios mecanismos de autorregulação que a Escola for desenvolvendo.

Mas a avaliação não pode ser encarada nem como atividade primeira da escola nem como um fim em si mesmo; se ela cumpre um papel regulador, fundamentando e sustentando as boas práticas da escola, deve ela própria ser regulada e contextualizada, mantendo-se claros os critérios que a pautam e os fins que pretende servir.

PARTE II  
QUADRO ESPECÍFICO DA ESCOLA

### III. MISSÃO E ESTRATÉGIA

#### Missão

Educar e formar cidadãos cada vez mais autónomos, responsáveis, empreendedores, cultos e solidários e promover competências individuais com respeito pelas diferenças, tendo em vista a formação para um comprometimento democrático e físico e a construção não só de um destino coletivo mas também de um projeto de sociedade que potenciem a afirmação das mais nobres qualidades do ser humano.

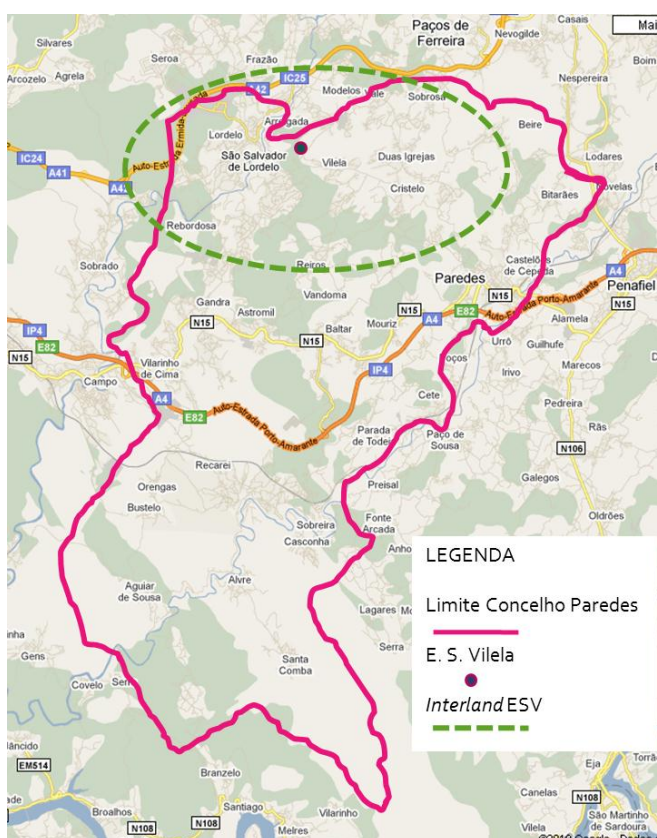
#### Estratégia

A Escola Secundária de Vilela pretende vir a afirmar-se e a ser reconhecida como uma instituição de referência, quer pela qualidade ao nível do ensino e da formação, quer pelo desenvolvimento de práticas educativas eficazes orientadas para a formação de cidadãos responsáveis e empreendedores.

### IV – A ESCOLA SECUNDÁRIA DE VILELA: CARATERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A presente caraterização e diagnóstico servem-se de diversos instrumentos de recolha de dados: observação, inquirição, análise de documentos (relatórios e guiões de entrevista a grupos de foco) e relatórios produzidos pela Comissão de Avaliação Interna (CAI). Foi ainda utilizada informação proveniente de documentos de referência regional e local, nomeadamente, o plano de empregabilidade do Vale do Sousa e a Carta Educativa de Paredes, de modo a enquadrar a análise da situação da Escola no início deste ano letivo (2011-2012) nas áreas que a seguir se apresentam.

#### 1. O contexto geográfico e sociodemográfico



A Escola Secundária de Vilela localiza-se na freguesia de Vilela, com estatuto de Vila, no concelho de Paredes, no designado hemisfério norte, mais concretamente encostada à parte noroeste do concelho. Em termos de desenvolvimento e hierarquia urbana um primeiro *hinterland* (Vilela, Duas Igrejas, Cristelo e Sobrosa), sendo ele predominantemente urbano, à exceção de Sobrosa que está classificada como sendo medianamente urbana. Num segundo *hinterland*, mais descontínuo e a perder ligações, estão as freguesias de Lordelo e Rebordosa, classificadas como predominantemente urbanas. Em função das dinâmicas demográficas e urbanísticas, os dois *hinterlands* surgem classificados como sendo de

intensa pressão urbanística, numa escala que vai de fraca a muito intensa pressão, de acordo com a Carta Educativa de Paredes, aqui citada.

A Vila de Vilela com 5 182 indivíduos é, segundo os censos de 2011 – dados preliminares - a quinta freguesia com mais população residente e a segunda em densidade demográfica – 1091, 49 hab/Km<sup>2</sup>, segundo os Censos de 2001, estando portanto enquadrada dentro da realidade demográfica que nos diz que «a população do concelho de Paredes está fixada sobretudo no seu hemisfério norte, com especial ênfase para as freguesias situadas nos limites Oeste (Noroeste) e Estes (Nordeste)». Outras freguesias que fazem parte deste *hinterland* da escola apresentam um registo de população residente da seguinte ordem: Duas Igrejas – 3 894, Sobrosa – 2 629 e Cristelo – 1 908. No *hinterland* mais descontinuado estão as freguesias de Lordelo – 9 989 e Rebordosa – 9 149. Relativamente à população com menos de dezoito anos (eminentemente escolar) os mesmos dados estatísticos indicam de forma decrescente: Lordelo – 2 120, Rebordosa – 2 046, Vilela – 1 341, Duas Igrejas – 1 067, Sobrosa – 622 e Cristelo – 489. Importa acrescentar que, comparando estes dados preliminares de 2011 com os Censos de 2001, constitui tendência geral a diminuição deste grupo etário, na seguinte ordem: Rebordosa – 612, Lordelo – 442, Vilela – 208, Duas Igrejas – 168, Cristelo – 93 e Sobrosa – 25, tendo em conta a informação extraída dos Censos2011\_Resultados Preliminares – Paredes.

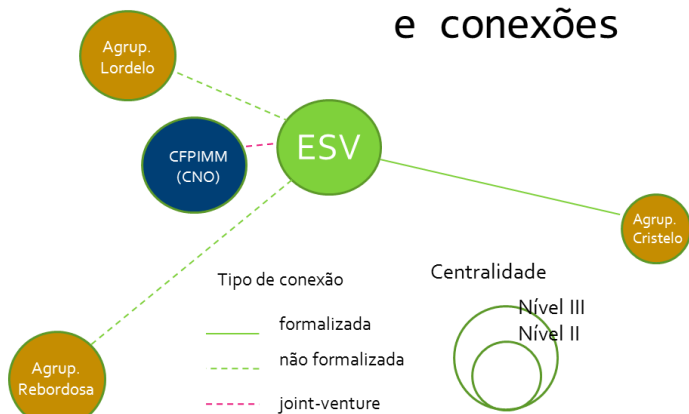
Esta realidade reflete um abrandamento das lógicas de dinâmica populacional que caracterizam o concelho e a região Vale do Sousa. De qualquer forma, comparando os *hinterlands* da nossa escola com o hemisfério sul do concelho, com a região NUT III – Tâmega, com a região NUT II – Norte e com o país, podemos afirmar que, em termos demográficos, estamos numa posição favorável em indicadores de relevância para a avaliação de dinâmicas demográficas, nomeadamente no que toca à capacidade de renovação geracional, visto que «a capacidade de regeneração da população justifica-se, por um lado, pela permanência do número de jovens superior ao número de idosos e, por, outro, pelo número de crianças do primeiro grupo quinquenal (0 aos 4) permanecer superior ao número de crianças dos restantes grupos.».

Em termos de análise prospetiva pode verificar-se que, «à semelhança do se passa para o território nacional e para todos os países denominados de desenvolvidos, a estrutura etária da população de Paredes não permite a completa substituição de gerações, apesar dos indicadores demográficos apontarem no sentido positivo. Este facto deriva de haver uma queda abrupta nos níveis populacionais das faixas etárias próximas e inferiores aos vinte anos de idade», refletindo-se a médio prazo numa redução significativa do número de nascimentos, devido à importância que estas faixas etárias terão na natalidade, e como tal, enfraquecendo o fenómeno de substituição de gerações. A consequência direta destes factos é a tendência a médio/longo prazo para a estagnação do crescimento demográfico e início do seu declínio, apesar de no curto prazo se assistir a um crescimento populacional de 2% (esta situação é, todavia, bastante positiva face a outras regiões de Portugal Continental). Esta informação tem por base a Carta Educativa de Paredes.

Em relação a projeções demográficas, num cenário de manutenção da atratividade do concelho, salienta-se que até 2016, a população do concelho passe dos atuais 82 111 indivíduos (Censos 2011) para os quase 92 000 indivíduos. Em contrapartida, a população escolar decrescerá dos atuais 14 000 indivíduos para os 12 000 indivíduos, uma evolução negativa de 32% face ao volume verificado em 2001, situação resultante das fragilidades demográficas, que podem ser explicadas pelo estreitamento da base da pirâmide etária de 2001. Esta tendência reducionista pode ser atenuada (na ordem de um milhar) pela pressão socioeconómica sobre o ensino secundário, diminuição do abandono, previsível aumento das taxas de retenção, em função das mudanças ao nível da escolaridade obrigatória.

Olhando para o *hinterland* mais consistente (Vilela, Duas Igrejas, Cristelo e Sobrosa), em função das projeções relativas à população escolar, estima-se que a evolução negativa seja compreendida entre os atuais (2011) 2 980 e os 2 580 indivíduos, em 2016, de acordo com a já referida Carta Educativa de Paredes.

## ESV - hierarquias e conexões



Considerando a proposta de reordenamento da rede escolar, como consta da carta Educativa de Paredes, é de salientar a hipótese de reajustamento da rede e da oferta no território educativo de Cristelo, a construção de um novo pólo com 2.º e 3.º CEB com Secundário, situação que interfere com a disponibilidade de população escolar à nossa escola. No território educativo de Vilela, em projeção, estima-se que até 2016 exista um decréscimo do 2.º e 3.º CEB e um ligeiro acréscimo do Secundário, atingindo-se, em

procura, os 284 e os 311 indivíduos, respetivamente. Facto que poderá implicar a «possibilidade de desafetação de algumas estruturas integrantes da escola». Convém acrescentar, em contraponto, que segundo o estudo do *Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação* - julho de 2010, esta escola é a única do concelho a surgir no ranking das 20 instituições com maior afetação de verbas do POPH dentro da região Tâmega e Sousa.

Tal como se refere na Carta Educativa de Paredes o «nível de qualificação é um dos indicadores que melhor determina o grau de desenvolvimento de um território», situação que, excluindo atrasos estruturais do país, encontra no concelho de Paredes um dos contextos mais adversos, como o indicia o facto de que «32,9% dos habitantes do concelho, com idade superior a 10 anos, possuem apenas o 1º ciclo completo, diminuindo progressivamente a percentagem de população que completou os 2º e 3º CEB, 16% (da população com mais de 12 anos) e 5,5% (da população com mais de 15 anos), respetivamente», a que se acrescenta apenas «5,2% da sua população com idade superior a 18 anos com ensino secundário completo...» e que «A população com qualificações superiores a 23 anos, é somente de 3,4% (...) valor este que é muito reduzido».



No que concerne a fontes de rendimento «pode constatar-se ser o trabalho a principal fonte de rendimento da população com mais de 15 anos (60,3%), seguindo de pessoas que vivem a cargo da família (20%)...» tornando-se «relevante a percentagem de pessoas que vivem de reformas e pensões (14,7%), (...) situação «...que indica que uma parte significativa vive de pensões de doença e invalidez, resultantes de acidentes profissionais, ligados aos perigos do emprego fabril que predomina nas atividades económicas no concelho...».

Segundo a Carta Educativa de Paredes, a taxa de atividade no concelho é de 50,6% (2001), valor superior à média nacional (48,2%), relativamente ao mesmo indicador, por desagregação de sexos, regista-se um diferencial superior ao nacional, sendo a taxa de atividade masculina de 59,8% e a feminina de 41,5%. Em consideração ao desemprego, na análise por desagregação de sexos, verifica-se que, dos 73,3% que estão à procura de novo emprego, 56,4% são mulheres, sendo que esta percentagem sobe para 70,3% tratando-se da procura do primeiro emprego. A complementar este registo, o *Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação* - julho de 2010, refere que a «dinâmica de crescimento (do desemprego) foi evidente em todos os concelhos do Tâmega e Sousa, sendo particularmente acentuada nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira e Paredes com taxas de crescimento superiores a 50%, bem distantes da média do Tâmega e Sousa, que foi de 26%», acrescentando que os «dados possibilitam verificar que a incidência do desemprego recaía, em 2009, maioritariamente sobre os indivíduos com o 1º ciclo do ensino básico, cuja proporção atingiu os 39,3% na média do Tâmega e Sousa.»

Na distribuição da população por setores de atividade, existe predomínio claro (60%) para o setor secundário, seguindo-se o terciário com 38,4% e o primário com 1,6%. Em relação às profissões dominantes, temos a sobressair o grupo dos operários, artífices e trabalhadores similares (45%), depois, com valores menos expressivos, os trabalhadores não qualificados (12%), o pessoal dos serviços e vendedores (11%) e os operadores de instalações e máquinas (9%). Portanto, profissões ligadas à fileira industrial dominante (madeira e mobiliário), quer de forma direta ou indireta. Em termos de necessidades formativas, no âmbito das profissões, segundo o *Pacto Territorial para a Empregabilidade do Tâmega e Sousa: Diagnóstico, Estratégia e Ação* - julho de 2010, constituem-se como principais necessidades para o concelho: 1. Acompanhante de Crianças, 2. Mecânico de Automóveis Ligeiros, 3. Operador de Máquinas Agrícolas, 4. Técnico Especialista em Condução de Obra, 5. Técnico de Apoio à Gestão. Sendo que num âmbito mais alargado, região do Tâmega e Sousa, constituem prioridade imprescindível de formação: Técnico de Segurança e Higiene no Trabalho, Técnico de contabilidade, Técnico de vendas, Costureira industrial de tecidos, Acompanhante de crianças, Técnico de qualidade, Cozinheiro, Operador agrícola/fruticultura/viticultura, Conductor/manobrador de equipamento de movimentação de terras, Assistente administrativo; vistos como perfis profissionais associados a às fileiras chave das agroindústrias (nomeadamente do vinho), do design e da moda (através dos setores tais como calçado, o vestuário, o têxtil, o mobiliário e valorização da pedra), do comércio, da construção civil, do turismo e do património cultural».

Olhando para o enquadramento social do concelho de Paredes, tendo em conta o estudo publicado pela Câmara Municipal de Paredes, *Diagnóstico Social – Rede Social do Conselho de Paredes*, podemos salientar que constituem problemas, associados ao contexto escolar, com grau elevado de dificuldade de resolução, os níveis de escolaridade baixo, o fraco acompanhamento familiar da vida escolar, a formação profissional insuficiente, a falta de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude e o insucesso escolar. Sendo que tal diagnóstico encontra as suas causas no meio económico e cultural muito baixo, fraca valorização das qualificações escolares a nível individual e social, situação económica familiar muito débil e conseqüente inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho, baixa expectativa do nível de vida e fraca oferta de cursos alternativos de qualificação. O quadro social do concelho é ameaçado pelo grassar de fenómenos de exclusão social em função do elevado desemprego da população feminina em idade ativa, disseminação do trabalho precário e aumento das situações de vulnerabilidade, dificuldades acrescidas de (re)inserção no mercado de trabalho e conseqüente instabilidade e endividamento familiar. No contexto da exclusão social e marginalidade, constituem problemas identificados e de difícil resolução, a má gestão familiar, o crescente número de situações de pobreza e a existência de famílias socialmente desintegradas, derivando daqui o aumento de crianças sem retaguarda familiar e o aumento de fenómenos de delinquência. No contexto do núcleo familiar, consideram-se problemas com elevado grau de dificuldade de resolução, o elevado número de situações de pobreza, associado as causas como a baixa escolaridade, ausência de competências, mau planeamento familiar, subsídio-dependência e problemas associados a fenómenos passíveis de marginalização.

## **2. A Escola Secundária de Vilela**

A Escola Secundária de Vilela como núcleo educativo caracteriza-se globalmente pela estabilidade dos recursos materiais e humanos (que englobam não só os docentes, mas também os assistentes, técnicos e operacionais, e os encarregados de educação) e pelo dinamismo educativo, no âmbito da oferta educativa de escola, da diversidade de propostas educativas locais, nacionais e internacionais em modalidades como projetos e como atividades extracurriculares, das respostas pedagógicas às necessidades reais dos alunos, quer no que diz respeito às dificuldades, quer no que respeita às potencialidades.

É sobre cada um destes aspetos que serão facultados dados de seguida.

### **Oferta da Escola**

A oferta de escola mantém um espectro alargado a todas as modalidades de ensino, de modo a possibilitar a cada aluno uma integração adequada à sua vocação e necessidades. Assim, existem modos de ensino direcionado a jovens e a adultos, em turno diurno e noturno. Concretamente,

- Ensino básico regular;
- Ensino básico – cursos de educação e formação, designadamente *acompanhante de ação educativa e operador de informática*;

- Ensino secundário – cursos científico-humanísticos, nas vertentes de *ciências e tecnologias e de línguas e humanidades*;
- Ensino secundário – curso tecnológico de desporto (que só funciona no 11.º e no 12.º ano uma vez que não está já em oferta de escola);
- Ensino secundário – cursos profissionais, designadamente *técnico de apoio à gestão desportiva, turismo ambiental e rural, fotografia, animador sociocultural, técnico de gestão de equipamentos informáticos, técnico de instalações elétricas, técnico de higiene e segurança no trabalho e ambiente, técnico de informática e gestão*;
- Ensino secundário – cursos de educação e formação de adultos.

Esta amplitude da oferta formativa revela o empenhamento da comunidade educativa em responder às necessidades variadas dos alunos e do meio envolvente, cativando uma população estudantil que, de outro modo, poderia engrossar a taxa de abandono escolar.

Este empenhamento é não só de natureza organizacional, pela tomada de decisão dos órgãos de gestão e administração da escola, mas também de cariz pedagógico, uma vez que implica o envolvimento dos professores na diversificação dos métodos de ensino e das estratégias educativas direcionadas para cada perfil específico de alunos, de acordo com as modalidades de ensino disponibilizadas.

Deste modo, a escola tem conseguido fazer face à situação recente de total abertura do conjunto das escolas e agrupamento de escolas circunvizinhas a modalidades de ensino tradicionalmente concentradas na Escola Secundária de Vilela. É o caso das escolas básicas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico que passaram a oferecer cursos de ensino secundário científico-humanísticos e profissionais, bem como turmas de cursos de educação e formação.

Os dados relativos ao número de alunos matriculados nos últimos três anos letivos na escola revelam essa situação de abrandamento no número de matrículas, embora se tenha de considerar que esse decréscimo tem sido atenuado dado o empenhamento da escola na diversificação e na adequação da oferta educativa aos perfis vocacionais dos alunos.

De referir ainda que a oferta educativa da escola inclui um conjunto significativo de atividades, de projetos e de serviços que constituem uma mais-valia.

Nesse âmbito há, entre outros, o Clube Europeu, Desporto Escolar, Grupo de Teatro, Revista *Flores do Verde Pinho*, Rádio Escola, Olimpíadas/Concursos/Campeonatos, projetos europeus no âmbito da agência ProAlv (Comenius, Grundtvig, Comenius Regio, Leonardo da Vinci, Assistente de Língua), Eco-Escolas, Educação para a Saúde, Parlamento dos Jovens, NOMES.

As atividades de complemento de formação de oferta da escola procuram criar condições para que os alunos possam desenvolver competências em diversas áreas do conhecimento, assim como competências no âmbito da Educação para a Saúde, incluindo Educação Física e Desportiva, Educação Ecológica, Educação para a Participação nas Instituições/Serviços Cívicos, Educação Artística e ainda no âmbito da Comunicação e da Produção Escrita.

A aposta na componente extracurricular tem-se traduzido no desenvolvimento regular e na consolidação de um conjunto de atividades cujo mérito tem sido frequentemente reconhecido pela comunidade educativa. Esta é, aliás, uma das marcas distintivas do tipo de serviço educativo que a Escola assegura e uma das vertentes em que esta assume claramente a intenção de favorecer a formação integral dos seus alunos. Por conseguinte, a relevância das atividades não deve ser medida apenas pelo número de alunos que envolve diretamente, mas também pelo impacto real na vida da Escola e da comunidade envolvente.

Como é natural, a implementação das referidas atividades enfrenta constrangimentos de ordem diversa. Atualmente, o mais limitativo refere-se ao horário dos professores, incompatibilidade com horários dos alunos e à sua cada vez menor disponibilidade horária para promover e coordenar tais iniciativas.

Dada a reconhecida importância deste tipo de oferta, identifica-se a necessidade de: valorizar as atividades de complemento de formação como estratégicas, num contexto de formação dos alunos que a Escola quer continuar a garantir; gerir os esforços e recursos em função dos interesses manifestados pelos alunos e em função da capacidade dos departamentos para lhes dar resposta

Além disso, os alunos usufruem de serviços e de atividades de apoio ao aluno. De facto, a escola dispõe de um conjunto de serviços e atividades destinados a assegurar condições que propiciem e apoiem o desenvolvimento escolar e pessoal dos alunos, a partir de diferentes valências: Biblioteca Escolar, Sala de Estudo, Plano Tecnológico da Educação, Projeto de Educação para a Saúde (PES), Projeto Eco-Escolas, Plataformas Digitais (Moodle e Mooce).

Os Serviços e Atividades de Apoio ao Aluno pretendem dar resposta à necessidade de resolução de problemas específicos, designadamente, (tirar vírgula) no que respeita a dificuldades de aprendizagem e de integração na vida escolar.

Além do trabalho levado a cabo pelos serviços mencionados, torna-se prioritário, (tirar vírgula) a consolidação dos serviços, estabelecer ações no sentido da sua melhoria e/ou da implementação de novas valências e atribuições.

Quanto à tutoria/projeto EPIS, as diversas experiências vivenciais e as expectativas que os nossos alunos transportam para a escola são, algumas vezes, perturbadoras de uma normal integração na comunidade escolar. É neste contexto que se justifica esta valência da Escola, enquanto serviço de apoio ao Aluno. Neste âmbito, surge a parceria com o projeto EPIS, que tem permitido o atenuar da ausência de serviços especializados de psicologia, trabalhando no ensino básico um modelo de combate ao insucesso e abandono. Desta forma, tem-se procurado construir uma relação de cumplicidade com o aluno e ajudá-lo a desenvolver potencialidades que lhe permitam superar e resolver problemas ou conflitos pessoais e interpessoais. O fim último da tutoria é assim o de contribuir para a formação integral do jovem, enquanto aluno e pessoa, no sentido de favorecer e apoiar a construção da sua identidade, bem como a sua integração na escola.

Nesta perspetiva, é necessário divulgar junto dos alunos e encarregados de educação esta valência, em particular no âmbito da direção de turma.

No que diz respeito à sala de estudo enquanto parte da oferta da escola destinada a apoiar o sucesso educativo, organiza-se sobretudo em torno de duas áreas: uma predominante, em que se visa o apoio pedagógico em atividades curriculares disciplinares, e uma segunda, em que são disponibilizados meios e instrumentos de apoio à realização de tarefas escolares e na qual são promovidas atividades de natureza mais transdisciplinar.

Na componente curricular, mais focada na resposta a dificuldades de aprendizagem, impõem-se algumas ações, por parte dos departamentos/áreas disciplinares, que contribuam para a eficácia dos apoios prestados e que facilitem a respetiva monitorização, nomeadamente: agilização/diversificação da capacidade de resposta a apoios/esclarecimento de dúvidas pontuais, procurando estimular os alunos a identificarem as suas necessidades educativas e a tomarem a iniciativa de procurar respostas diversificadas; elaboração de planos de trabalho que os alunos possam desenvolver na sala de estudo como apoio às atividades realizadas em sala de aula e/ou de planos individuais onde se especifiquem as dificuldades a superar.

A Educação para a Saúde constitui-se como uma das prioridades a incluir neste documento de identidade de escola. O Projeto de Educação para a Saúde (PES) é já uma realidade na nossa comunidade educativa, pretendendo-se estabelecer como uma referência permanente ao longo da vida dos nossos jovens. Neste sentido, procura contribuir para o desenvolvimento pessoal e para a construção de relações saudáveis entre os indivíduos.

A promoção de hábitos de vida saudável, no âmbito da alimentação, atividade física, consumo de substâncias psicoativas, sexualidade e infeções sexualmente transmissíveis, é assim a meta a alcançar por este projeto. É desejável que os temas acima referidos não se esgotem na Escola, mas que se constituam como ponto de partida para a abertura à discussão e ao diálogo no interior das famílias.

Para que os objetivos do PES se concretizem de forma plena e integrada, todos os intervenientes no processo educativo deverão procurar dar resposta às múltiplas necessidades dos nossos jovens nas áreas de intervenção deste projeto.

Assim, torna-se fulcral: prever formas de participação ativa na promoção da Educação para a Saúde junto da comunidade escolar; assegurar a Educação Sexual em meio escolar em todas as turmas; promover uma estreita colaboração e partilha de responsabilidade entre a Escola e o Centro de Saúde ou outras organizações promotoras de saúde, a diferentes níveis.

Para o efeito, há que continuar a privilegiar a formação, como forma de reforçar as competências dos professores no domínio da Educação para a Saúde.

A Biblioteca Escolar (BE) constitui um serviço de referência no acesso livre à informação que disponibiliza documentos de diferentes tipos e suportes (livros, periódicos, cassetes vídeo e áudio, DVD, CD, CD-ROM e outros materiais eletrónicos), equipamentos de produção e reprodução de documentos para utilização em contexto curricular, de desenvolvimento curricular e de ocupação de tempos livres.

Esta estrutura pauta-se pelo esforço continuado de renovação do interesse por parte dos alunos, professores e restante comunidade educativa, nomeadamente através da atualização e diversificação do

seu fundo documental, da dinamização de sessões de formação nas áreas da biblioteca e das literacias, do apoio às atividades escolares e de desenvolvimento curricular e da realização de atividades de promoção da leitura e de animação cultural, em articulação com os docentes e as estruturas pedagógicas e com diferentes instituições concelhias e regionais.

Desenvolvendo a sua ação no âmbito do Acordo de Cooperação celebrado com o Programa da Rede das Bibliotecas Escolares (RBE), a BE passou a poder contar, desde 2008/09, com um professor bibliotecário que constitui um recurso para a otimização das atividades letivas, intervindo nos domínios do Apoio ao Desenvolvimento Curricular; da leitura e Literacia; dos Projetos, Parcerias e Atividades Livres e de abertura à comunidade e da Gestão da Biblioteca Escolar, conforme estabelece o Modelo de Autoavaliação da Biblioteca Escolar aprovado pela RBE.

Uma Biblioteca Escolar visa promover a capacidade de pesquisar, avaliar e usar a informação de forma estratégica e responsável, contribuindo para a construção de conhecimentos progressivamente mais complexos, para a formação autónoma de aprendizagens ao longo da vida e para o desenvolvimento da cidadania.

No sentido de um melhor aproveitamento deste recurso, enquanto serviço especializado de apoio educativo, diagnosticam-se as seguintes necessidades: divulgação, por parte dos departamentos curriculares e de outras estruturas de orientação educativa, dos recursos e valências disponibilizados; reforço da integração dos recursos disponibilizados, nas práticas letivas; reforço da articulação das atividades da Biblioteca nas atividades promovidas pela Sala de Estudo (componente transdisciplinar), nomeadamente no âmbito do desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo, de competências de aprendizagem e de iniciativas de divulgação científica e cultural; implementação de um plano de desenvolvimento da literacia da informação.

Dada a importância cada vez maior das TIC no desenvolvimento das atividades letivas e, sobretudo, na qualidade da formação adquirida pelos alunos, a Escola tem feito um esforço continuado no sentido de aumentar a sua capacidade de resposta neste domínio.

As iniciativas têm sido enquadradas no âmbito do Plano Tecnológico da Educação (PTE), estabelecido a nível nacional pelo Ministério da Educação.

A vertente técnica dos planos TIC predominou enquanto as necessidades de apetrechamento foram a questão prioritária. Hoje, a Escola dispõe de um parque tecnológico muito completo e de um conjunto de práticas e de regras bastante estável, capaz de apoiar o seu bom funcionamento.

Por outro lado, a equipa PTE tem vindo a voltar-se para a componente pedagógica do Plano, particularmente em iniciativas destinadas a prover necessidades de formação no âmbito das funcionalidades que vão sendo disponibilizadas. Permitindo-se que a utilização da diversidade de equipamento tecnológico seja um dos pontos fortes da Escola, viabilizando novas formas de comunicação e apoiando a implementação de novas práticas pedagógicas.

Dada a importância do apoio às práticas pedagógicas, incluindo os processos de inovação que se intende empreender, o diagnóstico aponta para a necessidade de se dar continuidade a todo o trabalho

efetuado e, por outro lado, estabelece prioridades, como sejam a: divulgação e partilha de experiências pedagógicas significativas com recurso às TIC; formação e informação técnica que estimule a utilização dos recursos existentes e apoie a produção de materiais didáticos em diferentes suportes e com recurso a diferentes meios; divulgação de informação que apoie uma utilização crítica das TIC; implementação de um plano de desenvolvimento da literacia da informação.

O projeto Desporto Escolar vem sendo desenvolvido por iniciativa da Escola há vários anos, sendo que atualmente a sua aplicação é mesmo um dever decorrente do quadro normativo vigente no sistema de ensino.

O Desporto Escolar visa a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis que contribuem para a formação integral dos jovens, mediante a prática de atividades físicas e desportivas.

Complementarmente, constitui-se como um instrumento de grande utilidade e eficácia no combate ao insucesso e abandono escolares e na promoção da inclusão.

No ano letivo de 2010/2011, envolveu um número superior a quinhentos participantes na atividade interna e um número superior a duzentos participantes na atividade externa, distribuídos por quatro modalidades diferentes (ginástica acrobática, natação, badminton e ténis). Os objetivos específicos e decisões estratégicas têm passado pelo aumento do número de alunos envolvidos, pelo incremento da participação do sexo feminino e pela inclusão de alunos em risco de abandono. Uma das dificuldades com que se defronta o Desporto Escolar nesta escola é o da disponibilidade de horários dos elementos intervenientes neste projeto (tornando viável, por exemplo, uma tarde dedicada ao Desporto Escolar) e o da dotação de recursos materiais adequados.

Perante um projeto assim consolidado, novos desafios podem e devem ser colocados, nomeadamente pelo reforço da divulgação das atividades realizadas e dos resultados obtidos, reconhecendo-se, entre outros aspetos, a sua qualidade e amplitude como meio de representação da Escola no exterior; valorização, em particular no âmbito das direções de turma, da sua função educativa como pólo de integração e desenvolvimento escolar; interação/integração com as outras vertentes da oferta de escola que, de igual modo, visam a promoção de estilos de vida ativa e saudável (PES); envolvimento da comunidade educativa em atividades e encontros dinamizados, endereçando o convite a pais/encarregados de educação, colegas, professores, etc.

A educação ambiental assume-se como uma prioridade que aponta para propostas pedagógicas centradas no desenvolvimento de valores e comportamentos – respeito mútuo, responsabilidade, solidariedade e iniciativa - bem como no estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e na promoção de um conhecimento interdisciplinar.

O Programa Eco-Escolas – programa vocacionado para a educação e sensibilização ambientais da escola e da comunidade onde esta se insere – vem sendo desenvolvido há quatro anos, na escola e constitui-se como um espaço para repensar práticas sociais e o papel dos professores como mediadores e transmissores de um conhecimento necessário à compreensão do meio ambiente global e local, da

interdependência dos problemas e soluções e da importância da responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável.

Pretendendo estimular o hábito de participação e a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário, são abordados os temas base água, resíduos, energia e ainda, complementarmente, os temas biodiversidade, agricultura biológica, espaços exteriores, ruído, transporte, entre outros.

Assim, torna-se fulcral: consolidar formas de participação ativa na promoção da Educação Ambiental junto da comunidade educativa; aprofundar o trabalho desenvolvido pela Escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade.

## Alunos

O número de alunos inscritos na escola tem vindo a diminuir, como se pode verificar pela tabela seguinte.

Regime, nível e tipo de ensino		Número de aluno por ano letivo			
		2009/2010	2010/2011	2011/2012	
Diurno	Ensino Regular	315	328	373	
	básico Cursos de educação e formação	0	56	24	
	Ensino secundário	Cursos Científicos e tecnologias	376	304	276 <sup>2</sup>
		Cursos humanísticos Línguas e humanidades			
		Curso tecnológico de desporto	57 <sup>3</sup>	65	53 <sup>4</sup>
	Cursos profissionais	186	207	165 <sup>5</sup>	
Noturno	Ensino secundário Cursos de educação e formação de adultos	127	64	39	
<b>Totais Globais</b>		1061	1021	930	

Os alunos da escola sofrem o impacto da configuração da sociedade atual, revelando indefinição quanto ao percurso futuro, o que facilmente gera desmotivação e, por consequência, insucesso ou mesmo abandono escolar. Esta situação ocorre com maior intensidade no 10.º ano de escolaridade. A posse de informação atualizada é, pois, indispensável à boa gestão do sucesso escolar e pessoal dos alunos, razão

<sup>2</sup> Deste conjunto, 193 alunos são de Ciências e tecnologias (72 do 10.ºano + 65 do 11.º ano + 56 do 12.º ano) 3 83 são de Línguas e Humanidades (29 do 10.º ano + 28 do 11.º ano + 26 do 12.º).

<sup>3</sup> Este número de alunos do Curso tecnológico de desporto, no ano de 2009/2010, apresenta a seguinte distribuição: 21 alunos no 10.º ano, 16 no 11.º ano e 20 no 12.º ano.

<sup>4</sup> Este número de alunos do Curso tecnológico de desporto, no ano de 2011/2012, apresenta a seguinte distribuição: 24 alunos no 11.º ano e 19 alunos no 12.º ano.

<sup>5</sup> Nos Cursos profissionais, as matrículas apresentam a seguinte distribuição: 43 alunos no 10.º ano, 56 alunos no 11.º ano e 66 alunos no 12.º.



pela qual a escola desenvolve anualmente um conjunto de iniciativas destinadas a apoiar a orientação escolar, a que importa dar continuidade e intensificar.

Garantir o acompanhamento dos percursos escolares dos alunos revela-se ainda mais premente, em virtude de os alunos do ensino secundário terem a possibilidade de requerer a reorientação do seu percurso formativo através da mudança de curso, recorrendo aos regimes de permeabilidade ou de equivalência entre disciplinas.

### **Encarregados de Educação**

A caracterização dos pais e encarregados de educação (EE) foi construída com base no trabalho desenvolvido pela comissão de avaliação interna da escola, concretamente no que respeita aos referenciais «A Família» e «Resultados dos Conselhos de Turma», para o qual foi utilizada uma amostra a partir da qual se extraíram informações relativas a idades, habilitações literárias e profissões, participação nas reuniões convocadas pelos diretores de turma, no 1.º e no 2.º período, resposta a convocatórias individuais.

A partir dos dados disponibilizados, conclui-se que o encarregado de educação - tipo dos alunos tem idade compreendida entre os 40 e os 49 anos (44,8%), é do sexo feminino (62,7%), por norma a mãe do aluno. Cerca de 43,4% dos EE estão empregados e 27,8% desempregados. Quanto à escolaridade, o maior grupo tem o 1.º ciclo do ensino básico (30,7%), seguido de um grupo com o 2.º ciclo do ensino básico (26,4%), sendo os restantes distribuídos pelo 3.º ciclo do ensino básico (18,9%), pelo ensino secundário (8%) e pelo ensino superior (1,9%).

A participação dos encarregados de educação nas primeiras três reuniões de turma ocorreu da seguinte forma: no ensino básico oscilou entre os 86,8% na primeira reunião (início do novo ano letivo) e os 72,3% na terceira reunião (entrega de avaliações 2.º período); no ensino secundário oscilou entre os 76,7% na primeira reunião e os 67,7% na terceira reunião. Constitui, portanto, tendência geral a diminuição de presenças ao longo do ano. A resposta a convocatórias individuais, emitidas pelo diretor de turma, cifrou-se nos 70% no ensino básico e nos 77,8% no ensino secundário.

No que se refere à presença dos encarregados de educação em atividades da escola, segundo o relatório Plano Anual de Atividades, tem-se assistido a uma ausência nas iniciativas dinamizadas pela Associação de Pais e Encarregados de Educação, bem como no número de atividades participadas por estes (1,7%). Registe-se, também, que apenas 5,1% das atividades comprovam (assumem como meta) a meta o envolvimento de EE, sendo que 12,2% a sugerem. Justifica-se o incremento de diligências que possam conduzir ao aumento da participação dos EE, nomeadamente através de diversificação de meios e momentos de auscultação/participação; estabelecimento de compromissos educativos que visem o envolvimento do EE em estratégias relativas ao seu educando, em situações devidamente delimitadas de insucesso/abandono escolar precoce; incentivo à presença dos EE em atividades em que participem os seus educandos; ações que proporcionem momentos de formação e/ou de reflexão conjunta.

O relatório supramencionado da comissão da avaliação interna da escola regista um grau de satisfação positivo dos EE em relação ao funcionamento da escola e aos serviços prestados (percentagens de 70 a 80 % no que se refere à satisfação nas condições oferecidas para acompanhamento do educando, disponibilização de documentos estruturantes, apoio das diferentes estruturas, prestação dos serviços administrativos). Com índices de satisfação mais baixos e a merecer atenção (de 25 a 35% de insatisfação – envolvimento em atividades dinamizadas pela escola, informação prestada sobre opções formativas, o horário de funcionamento da secretaria e a disponibilidade dos próprios EE em aderir às atividades e programas promovidas pela escola).

O desempenho e a disponibilidade dos diretores de turma, que é tradicionalmente um dos pontos fortes identificados (índices de satisfação máxima na forma como o diretor de turma se disponibiliza para atender (71,2%) e acolhe os contactos dos EE (69,3%). A ação da direção de turma é rosto e pedra de toque do bom funcionamento da escola; é, portanto, uma das instâncias em que importa manter o padrão de qualidade. Neste aspeto, tem falhado apenas a disponibilidade dos EE no que diz respeito à frequência de contatos que estes estabelecem com o Diretor de Turma (31,1% de insatisfação).

### **Professores**

A escola mantém, no ano letivo 2011/2012, um número total de cento e dois professores em atividade docente. Destes, oitenta e quatro são professores do quadro de escola, sendo professores contratados apenas dezoito. Estes números explicam a referência anterior à estabilidade de vínculo do corpo docente. Esta estabilidade possibilita um conhecimento estreito da realidade escolar e do meio envolvente, bem como o investimento em projetos de continuidade.

Apesar da conjuntura educativa de contínua mudança e de desafio a adaptações laborais constantes no âmbito da docência, estes docentes pautaram sempre o seu trabalho por uma conduta deontologicamente irrepreensível revelando: disponibilidade para acompanhar e apoiar o trabalho dos alunos; empenho no sucesso escolar, designadamente, através do desenvolvimento de planificações em função das características das turmas/alunos e das competências a alcançar; adequação das metodologias e estratégias adotadas; fornecimento regular de informação aos alunos sobre os seus progressos e incremento de estratégias de estudo e de aprendizagem; aplicação de critérios e instrumentos de avaliação apropriados; utilização das TIC na prática letiva e interesse por iniciativas de formação neste âmbito além do rigoroso cumprimento dos programas curriculares.

Do relatório que a comissão de avaliação interna produziu em 2009/2010, destacam-se os níveis muito elevados de satisfação na forma com se faz a gestão dos recursos humanos (mais de 50% de satisfação de nível bom e muito bom - auscultação e aproveitamento da formação e experiência profissional, adequação dos critérios da distribuição do serviço a necessidades e qualificações, correspondência entre preferências e serviço distribuído, apoio do diretor, articulação entre diretor/Departamento e ação interna dos departamentos). O aspeto que mais necessita de atenção consiste na capacidade/oportunidade de influenciar critérios da distribuição de serviço (índice de insatisfação superior a 20%).

O trabalho docente dos professores organiza-se com base na principal estrutura de coordenação e supervisão pedagógica, o departamento. É em sede de departamento que os docentes desenvolvem todo o trabalho didático, pedagógico e educativo, articulando o conhecimento das turmas e dos conselhos de turma com o conselho pedagógico.

Na Escola Secundária de Vilela, os departamentos são constituídos por grupos de docentes organizados com base no grupo de recrutamento, representados, junto do coordenador de departamento, por um dos docentes nomeado representante de área disciplinar. Esta estrutura interna ao departamento possibilita uma mais efetiva operacionalização de partilha e de trabalho colaborativo entre os docentes, que trabalham em grupos menores, logo mais ágeis do ponto de vista da concretização de trabalho didático e pedagógico.

### **Assistentes técnicos e operacionais**

Estão ao serviço na escola 32 assistentes, assim distribuídos: chefe dos serviços de administração escolar – 1; coordenador dos assistentes operacionais – 1; assistentes técnicos – 8; assistentes operacionais – 22.

A distribuição por habilitações literárias indica 2 assistentes licenciados, tendo todos os restantes o ensino secundário.

Os assistentes têm sido um dos pilares do bom funcionamento da escola. Abertos à mudança, têm apostado na melhoria de formas de trabalho, no sentido de aumentar a sua eficiência, podendo esta situação confirmar-se pela adesão que existiu à inscrição nos cursos EFA e em formações diversificadas.

Releva-se o incremento da ação educativa junto dos alunos. Para além das suas atribuições e tarefas específicas, acresce a necessidade de consolidar o acompanhamento e apoio dos alunos, sendo por isso vitais no processo de integração escolar e social dos mesmos – a tradição na Escola de um ambiente interpessoal afável e de grande proximidade leva muitas vezes a que os alunos solicitem a colaboração pontual dos funcionários, ou até, num plano mais pessoal, a que os elejam como “confidentes”, daí a importância de os cativar para processos de envolvimento crescente.

Do relatório da comissão de avaliação interna de 2009/2010, na subárea gestão dos recursos humanos, ressaltam índices de satisfação muito positivos no âmbito do funcionamento do grupo dos funcionários (mais de 50% de satisfação de nível bom e muito bom – adequação dos critérios de distribuição de serviço face a qualificações e necessidades, apoio de chefe de serviço e mobilização do grupo), a carecer atenção, com índice de insatisfação na ordem dos 20%, está a oportunidade/capacidade de influenciar critérios de distribuição de serviço.

Nesta área, a melhoria deve passar pelo estabelecimento de ações que reforcem: a valorização pessoal e profissional do pessoal não docente, num quadro de responsabilização individual e coletiva e de reconhecimento do mérito; a implicação dos funcionários no plano estratégico da Escola, atribuindo-se mais visibilidade e responsabilidade às lideranças intermédias neste sentido; modos de apoio e acompanhamento do trabalho desenvolvido, nomeadamente através da identificação/auscultação de

problemas e necessidades e da procura de respostas adequadas, melhorando canais de comunicação; momentos destinados à reflexão coletiva, com base em procedimentos regulares de autoavaliação; a disponibilização/divulgação de iniciativas de formação nas áreas das relações interpessoais, da disciplina e segurança no espaço escolar e da informática.

### **Recursos Materiais** - Espaços Físicos, Equipamento e Fundo Documental

As instalações escolares estão distribuídas por 7 Edifícios. Há 38 salas em funcionamento, para além dos espaços destinados à prática da Educação Física (Pavilhão Gimnodesportivo, Balneários exteriores e campos exteriores). Os laboratórios de Física, Química e Biologia, bem como as disciplinas da área de Informática e de Educação Visual e Tecnológica dispõem de instalações específicas. A escola conta também com um Centro de Recursos Educativos (CRE), integrado na rede nacional de bibliotecas escolares, que funciona em espaço próprio. Existem ainda uma Sala de Estudo/Gabinete Disciplinar, Polivalente (onde está instalada a rádio escolar, a Papelaria, o Bufete de Alunos, a Cozinha e Refeitório, espaço de convívio dos alunos e uma sala multiusos), uma sala de diretores de turma, onde é feito o atendimento aos Encarregados de Educação (EE), e a Sala dos Professores (com bufete). A escola dispõe ainda de instalações destinadas aos demais serviços: Ensino Especial (EE) e Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), Serviços Administrativos (SA) e Reprografia.

Para apoio às atividades letivas, a ações de formação ou a reuniões diversas, pode recorrer-se à utilização de equipamentos multimédia: computadores portáteis, com ligação *wireless*, videoprojectores, aparelhos de vídeo e áudio, calculadoras gráficas com *view screen* e máquinas fotográficas e de filmar digitais.

A escola disponibiliza a alunos, professores e assistentes operacionais um cartão de identificação do tipo magnético que, para além do controlo das saídas, permite o pagamento de serviços na escola e ainda o acesso, através da Internet, à consulta de saldos e movimentos financeiros, saídas, classificações e faltas, constituindo, desta forma, mais um recurso disponível para os Encarregados de Educação.

**Bloco A:** A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A ET-1, A ET-2, A EV1, A EV2

**Bloco B:** B1, B2, B3, B4, B5, B6, B7, B8, Sala Multimédia, Laboratório de Química, Laboratório de Física, Sala de Funcionários

**Bloco C:** C1, C3, C4, C5, C6, C7, C8, Laboratório de Biologia, 4 Salas de Informática, Clube de Línguas

**Bloco D:** D1, D2, Conselho Executivo, Sala de Estudo/Gabinete Disciplinar, Biblioteca, Serviços Administrativos, Sala de Professores, Sala dos Diretores de Turma, PBX, Gabinete do Ensino Especial e dos SPO, Reprografia

**Pavilhão Gimnodesportivo:** G1, G2, G3, G4, Balneários exteriores e interiores (masc./fem.), Sala de Professores

**Polivalente:** E1, Bufete, Papelaria, Refeitório, Cozinha, Sala de Alunos, Todos os pavilhões têm casas-de-banho (masc./fem.).

## **Práticas Pedagógicas** – Metodologias de trabalho predominantes e recursos utilizados em sala de aula

A escola, enquanto organização, tem proporcionado aos docentes condições para desenvolverem a sua atividade com rigor e qualidade, junto dos alunos, a quem se procura proporcionar igualdade de oportunidades, de participação, sucesso escolar e promoção de regras de convivência baseadas na colaboração e no respeito mútuo. A importância dada aos “afetos” e a disponibilidade para o diálogo na relação pedagógica tem sido uma das características que marca o trabalho desenvolvido na ESV. No entanto, regista-se alguma discordância relativamente à forma como o respeito entre professor-aluno e aluno-aluno existe na sala de aula, embora seja útil dizer que este prevalece na maioria das vezes.

Os professores revelam-se satisfeitos com o seu desempenho profissional em relação à disponibilidade e apoio prestado aos alunos e ao esclarecimento de dúvidas. No entanto, os professores assinalaram elevado grau de dificuldade na prestação de apoio individualizado ao aluno. Os alunos sentem que são correspondidos nas solicitações que efetuam aos seus professores.

Os professores estão satisfeitos com o seu desempenho profissional em relação aos seguintes aspetos: clareza da apresentação das matérias e dos objetivos das tarefas, explicitação dos critérios de avaliação, práticas de autoavaliação, apoio a alunos com dificuldades e promoção de diferentes modalidades de avaliação. Estão ainda satisfeitos com a forma como estabelecem relações entre os conteúdos abordados.

Verifica-se, no entanto, que o nível de satisfação dos alunos não acompanha, tão de perto como seria desejável, o dos professores relativamente à explicitação dos objetivos, entrega de trabalhos por parte dos professores e à diversificação de estratégias interdisciplinares.

Os dados analisados revelam que a maioria dos professores usa com muita frequência o manual escolar nas diferentes disciplinas, revelando, também, elevado grau de utilização relativamente a suportes audiovisuais (retroprojeter, vídeo, videoprojeter, etc.) e da internet. Porém, os dados não esclarecem a natureza da utilização destes recursos, em concreto que competências são efetivamente desenvolvidas. Para que seja possível uma reflexão mais aprofundada sobre o uso das tecnologias em sala de aula, é importante perceber-se, entre outros aspetos, de que modo o uso destes recursos influencia ou não o modelo pedagógico tradicional. Com o mesmo propósito, torna-se necessário compreender se estão ou não reunidas as condições para um aproveitamento real das potencialidades formativas das tecnologias, no quadro das finalidades inscritas nos currículos disciplinares.

As visitas de estudo são, de longe, as atividades extracurriculares de que os professores mais se socorrem.

O trabalho entre pares está presente na prática pedagógica dos professores da escola, embora de modo ainda incipiente, uma vez que, formalmente, em sede de área disciplinar e/ou de departamento, se produzem apenas os documentos de programação inicial, como as planificações anuais, os critérios de avaliação das disciplinas e a verificação do cumprimento dos programas.

Apesar disto, contudo, o trabalho cooperativo, apoiado por diferentes níveis de decisão colegial, começa a ser significativo, manifestando-se através da partilha de ideias e de recursos pedagógicos. A escola, como já se referiu, tem procurado criar rotinas de reflexão conjunta sobre o sucesso académico, nomeadamente, sobre as classificações por turma (nível de conselho de turma) e por disciplina (nível departamento/área disciplinar), no final de cada período letivo.

Este parece ser então o momento da aposta na consolidação e reforço de modos de trabalho colaborativo. O apoio recíproco entre pares numa perspetiva formativa, realizado em sala de aula, é reconhecidamente da maior relevância numa estratégia de melhoria da qualidade do ensino.

### **Sucesso Escolar**

Nos últimos anos, tem existido na Escola, por ação da CAI, a tentativa de constituir uma prática sistemática de reflexão sobre os resultados escolares obtidos, tanto ao nível dos departamentos curriculares/áreas disciplinares, como dos conselhos de turma.

Partindo de processos de referencialização foi possível transformar dados estatísticos dispersos em informação mobilizável, relativa a um histórico de 3 anos letivos (atualmente em processo de incremento para 5 anos letivos). No que concerne aos ensino básico e secundário regular, incentivou-se a apropriação dessa informação, através da seleção de valores/intervalos de regulação por ano e por disciplina, desenvolvendo assim uma estratégia de análise e reflexão atualizadas, tendo como zona de referência a contextualização do passado recente e perspetivando as ações de melhoria.

A caracterização do sucesso académico desencadeada integrou numa primeira fase dados unicamente relativos ao ensino regular.

O ensino noturno apresenta uma população escolar muito flutuante, pelo que não se presta a um estudo sistematizado e fiável, numa lógica de contextualização e reprodução de dados.

O ensino profissional, dada a sua especificidade, tem sido alvo de aproximações no estudo e apuramento de indicadores de sucesso académico. Este ano letivo estão a ser organizados por ano e por curso dados consistentes e reprodutíveis, de modo a seguir a lógica de trabalho realizada para o ensino regular.

Assim, os resultados de eficácia, organizados por ano letivo, mostram razoável concordância plurianual, seja na análise disciplinar, seja nas taxas de transição de alunos (dados globais do histórico construído pela CAI).

No que concerne à qualidade, embora se deva destacar que os valores globais dos indicadores apurados são baixos (tanto para o ensino básico como para o ensino secundário) a respetiva variação por disciplina é pouco expressiva.

Será de prestar particular atenção aos resultados de coerência entre avaliações internas e externas que, tanto na eficácia como na qualidade, se mostram desnivelados. Numa análise dos anos mais recentes, que se apresenta em anexo, é notório o desfasamento a Língua Portuguesa e Matemática no ensino básico, bem como, às disciplinas de Física e Química e Biologia e Geologia, MACS, Literatura Portuguesa e Português, no ensino secundário.

Deste facto, considera-se prioritária a sua especial referência neste documento e a designação de finalidade de referência do atual Projeto Educativo, como ponto-chave de melhoria.

Quanto aos fluxos, que se situaram nos últimos anos letivos dentro de valores aceitáveis (sem grande expressividade), indiciam no presente ano letivo tendências crescentes. Estas tendências aparentam decorrer do atual estado de dificuldades económicas do meio e devem ser acompanhados com monitorização frequentemente, sejam decorrentes de desistência ou de abandono.

Cabe às estruturas de orientação educativa, em geral, e aos departamentos curriculares, em particular, acentuar outras consequências positivas da reflexão, designadamente pela via do estabelecimento de orientações que possam conduzir a bom termo as intervenções projetadas em análises e planos.

Na perspetiva do sucesso académico dos alunos, a Escola deve continuar a estabelecer novos patamares, em face dos referentes de Escola que lhe permitam melhorar a capacidade de resposta às expectativas dos alunos e das famílias; e, em última instância, às suas próprias expectativas, enquanto instituição de ensino que se inquieta e preza a qualidade do serviço educativo prestado.

Assim, torna-se prioritário:

- melhorar de forma sustentada os resultados escolares internos, em particular nas disciplinas sujeitas a avaliação externa, por forma a melhorar coerência;
- melhorar estruturadamente os resultados nas provas de exame nacional;
- reduzir a taxa de retenção e abandono, sobretudo no 10º ano, tomando como referente a evolução dos valores nacionais;
- reduzir a taxa de abandono e desistência.

Assinalam-se algumas das acções que podem favorecer e apoiar os processos de melhoria identificados:

- ✓ efetivação da aplicação do modelo de análise do Sucesso Académico de forma sistemática e cíclica;
- ✓ condução do processo de análise e reflexão sob a responsabilidade das estruturas intermédias (departamentos/áreas disciplinares);
- ✓ estabelecimento de planos de melhoria que apoiem o trabalho desenvolvido nas disciplinas com maiores níveis de insucesso;
- ✓ desenvolvimento de mecanismos de análise de âmbito pluridisciplinar, nomeadamente em conselhos de turma, encurtando e agilizando processos de intervenção, mais dirigidos para contextos aluno/turma.
- ✓ desenvolvimento de análises estatísticas objetivas e diretas, promotoras do desenvolvimento de planos de melhoria e de recuperação;
- ✓ reforço dos dispositivos de diferenciação pedagógica, assim como dos sistemas destinados ao acompanhamento e apoio individualizado dos alunos;

- ✓ envolvimento e responsabilização dos alunos e EE's na orientação das aprendizagens e do seu percurso escolar dos educandos;
- ✓ insistência na importância do cumprimento do dever de assiduidade, junto dos alunos e respetivas famílias;
- ✓ envolvimento das famílias com educandos em situação de abandono escolar, em particular no que se refere a anulações de matrícula;
- ✓ reforço de iniciativas que contribuam para a orientação escolar e profissional dos alunos.

O sucesso escolar dos alunos que se destacam, quer no campo do valor, quer no da excelência, é reconhecido por toda a escola mediante critérios definidos desde o início do ano. Estes critérios consideram não só o sucesso educativo dos alunos mas também a vertente social, comunitária e humanista, essencial à formação cívica e democrática dos mesmos, de acordo com a legislação em vigor e nos termos previstos no regulamento interno.

O grupo dos alunos cujo reconhecimento institucional destacou é já significativo, como se pode ver dos dados inseridos na tabela seguinte:

<b>Ano letivo</b>	<b>Quadro de excelência</b>	<b>Quadro de valor</b>
2010/2011	62	64
2009/2010	57	47
2008/2009	41	14

O reconhecimento público do mérito dos alunos pretende constituir-se como um elemento motivador, pelo que é importante que toda a comunidade se empenhe neste processo de valorização dos alunos, propondo todos aqueles que se possam enquadrar nos critérios definidos.

Por outro lado, a escola tem obtido prémios significativos e múltiplas menções honrosas pelos diferentes projetos, desenvolvidos em particular no âmbito da sua atividade extracurricular, que são indicadores da qualidade do trabalho desenvolvido. Servem de exemplos:

- 1.º prémio do *Euroescola*, Estrasburgo (maio de 2009 – ano letivo 2008/2009);
- 1.º prémio do *Parlamento de Jovens* (fase regional) (2008/2009 e 2009/2010);
- 1.º prémio do *Parlamento de Jovens* (fase nacional) (2008/2009 e 2009/2010);
- 3.º prémio do Parlamento de Jovens (fase regional) (2010/2011);
- 1.º prémio *A minha escola é melhor do que a tua* (1º lugar na categoria Júnior e categoria Sénior – 2009/2010 e 3º lugar em 2010/2011);
- 1.º prémio *Entre Palavras*;
- *Campeão Nacional SuperTmatik*, na vertente “cálculo mental”;
- 1.º prémio do concurso *Jovens Repórteres do Ambiente*;
- 1º lugar no concurso europeu *Water Championship* – ano lectivo 2010/2011.



## **Relação com a comunidade**

A escola estabelece uma relação regular com a comunidade de diferentes modos: através dos contactos entre DT e EE (hora de atendimento semanal, reuniões periódicas), dos contactos entre o Conselho Geral, Conselho Pedagógico e Diretor com instituições e parceiros locais, no âmbito da sua orgânica; para além deste tipo de contactos, a Escola relaciona-se com outras entidades, na forma de protocolos, parcerias e de outras relações institucionais ou informais.

A ESV tem procurado desenvolver-se numa relação franca, produtiva e partilhada com o exterior, interagindo a diferentes níveis e com diversos parceiros. Destaca-se: a colaboração com a comunidade local em iniciativas de índole diversa; a relação com instituições empresas locais no âmbito dos estágios em contexto de trabalho para alunos dos cursos profissionais; a relação com instituições de ensino superior, em particular as envolvidas em estágios pedagógicos de docentes; e, ainda, os intercâmbios e outros níveis de participação com outras instituições e escolas nacionais e estrangeiras.

Numa outra vertente, a Escola desenvolve com regularidade atividades extracurriculares e de índole social, abrindo-se a outras instituições, tais como jardins de infância, escolas básicas, lares de terceira idade, entre outras. Como se depreende, este nível da intervenção da Escola reveste particular importância na formação cívica e social dos alunos.

Sem prejuízo de formas de participação encetadas ou já consolidadas, há planos da relação da Escola com a comunidade que se torna necessário aprofundar, também como forma de apoio a progressos futuros. Neste sentido, identificam-se algumas linhas orientadoras/áreas de melhoria:

- reforço dos contactos com as universidades e outras instituições de ensino superior, como forma de apoio à formação especializada do corpo docente, a processos de reflexão sobre aspetos específicos da atividade interna, assim como à orientação escolar/profissional dos alunos;
- na mesma perspetiva, valorização do contributo dado pelos professores estagiários, designadamente por via do trabalho de investigação que desenvolvem na Escola, e que a esta cabe reconhecer e divulgar;
- procura de patrocínios que apoiem a dinamização de projetos da Escola.

São exemplos de parceria e desenvolvimento de protocolos as seguintes instituições:

- Empresários pela Inclusão Social (EPIS)
- Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- Agrupamentos de escolas locais;
- Academia de Música de Paredes;
- ProAlv

- Instituições de Ensino Superior (CESPU, Universidade do Minho, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ISMAE)
- Câmara Municipal de Paredes e Junta de Freguesia de Vilela
- Fundação ALord
- Associação Empresarial de Paredes
- ADR (Quinta do Cabo)
- Cruz Vermelha Portuguesa
- Proteção Civil
- Empresas (Tematicus, Unicenter, Eugénio oculista, entre outras).

## V – PLANO DE INTERVENÇÃO DA ESCOLA

O plano de intervenção está organizado com base em três grandes dimensões educativas (*Domínios de Intervenção*): um contexto a montante, base da ação educativa (**Contexto Educativo**), onde se identificam as áreas a melhorar e consolidar no sentido de se maximizar as condições de base necessárias ao desenvolvimento de um serviço educativo de qualidade; um contexto de atuação predominantemente centrado nas práticas de ensino e de aprendizagem (**Sucesso Educativo**), isto é, nos processos e nos resultados, em si mesmos considerados; e um contexto de atuação que emerge dos anteriores (**Formação e Inovação**) e que merece ser abordado separadamente, dada a sua importância estratégica no quadro do desenvolvimento da Escola e de uma ação que se pretende com significado e, globalmente, mais sustentada.

Relativamente a cada domínio de intervenção foram explicitadas metas, previamente à apresentação dos quadros correspondentes. Estes, por sua vez, estão organizados por subdomínios.

Os quadros relativos a cada um dos subdomínios foram organizados, numa primeira coluna, segundo as áreas de melhoria correspondentes; na segunda coluna são referenciados os objetivos, os quais correspondem à particularização e segmentação das metas previamente apresentadas; na terceira coluna são explicitadas as orientações estratégicas mais relevantes que permitirão a concretização dos objetivos; finalmente, na quarta e última coluna, são indicadas as estruturas diretamente envolvidas na consecução dos objetivos e orientações estratégicas referenciados.

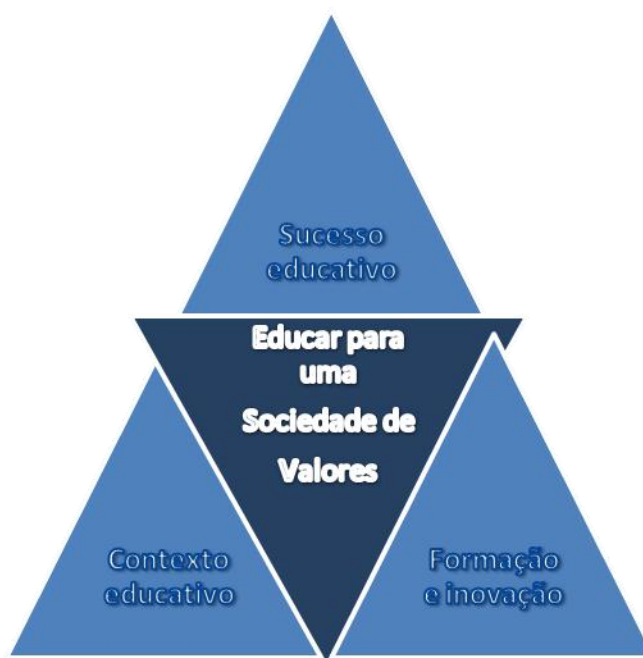
Por conseguinte, os quadros do plano de intervenção estão organizados nas seguintes colunas: **áreas de melhoria; objetivos; orientações estratégicas; estruturas envolvidas.**

### Domínios de intervenção

Os domínios estão subdivididos em subdomínios de acordo com a ordem que se segue:

<b>Contexto educativo</b>	Participação e responsabilidade partilhada Recursos humanos e materiais Cultura de avaliação Relações Exteriores
<b>Sucesso educativo e desenvolvimento integral dos alunos</b>	Oferta de Escola Práticas pedagógicas Sucesso escolar Cidadania Impacto e valorização e das aprendizagens
<b>Formação e inovação</b>	Valorização profissional e pessoal Inovação

A representação gráfica a seguir apresentada sintetiza a dinâmica interacional entre os domínios definidos.



**DOMÍNIO:** Contexto Educativo

**META-A:** Alcançar uma cultura de organização baseada no comprometimento, confiança e responsabilidade pessoal e profissional propiciadora de uma estratégia de desenvolvimento autónomo.

**Subdomínio:** Participação e responsabilidade partilhada

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b><i>Envolvimento da comunidade educativa na estratégia da escola</i></b>	1- Procurar mais envolvimento, em quantidade e diversidade, na estratégia da escola.	Diversificação dos instrumentos de participação na vida da escola, como: plataformas digitais, blogues, etc.  Envolvimento da Associação de Pais em iniciativas conjuntas	Conselho Geral Diretor C. Pedagógico Associação de Pais
<b><i>Gestão participada e decisão colegial</i></b>	2- Incentivar formas de gestão participação implicando as estruturas intermédias.	Reforço dos episódios de auscultação e negociação, através de: reuniões, <i>workshops</i> , aplicação de questionários, etc.	Conselho Geral Diretor Coordenadores Representantes de área disciplinar
<b><i>Canais de comunicação</i></b>	3- Melhorar processos e canais de comunicação	Disponibilização de informação, designadamente a pessoal docente, não docente e encarregados de educação, através de: plataforma moodle, e-mail institucional, website da	Conselho Geral Diretor Coordenadores (diferentes estruturas /projetos)

	Escola, website/blogue da Associação de Pais, etc.	Departamentos D. Curso/D. Turma/ C. Turma /Professores Pessoal não docente
	Estabelecimento de modos de transmissão da informação que, de ano para ano, permitam assegurar continuidade da ação entre: professores do departamento /grupo / disciplina / nível; diretores de curso e de turma; conselhos de turma.	

#### Subdomínio: Recursos humanos – Professores

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Prática reflexiva</b>	4- Promover uma prática reflexiva sistemática no quadro da profissionalidade docente	Desenvolvimento de procedimentos regulares, individuais e coletivos, de análise da prática letiva, tais como: aplicação de fichas de avaliação, observação de práticas, sessões de trabalho entre pares, desenvolvimento de “círculos de estudo”, etc.	C. Pedagógico Departamento Área disciplinar
<b>Condições de trabalho</b>	5- Melhorar condições de exercício da docência	Maximização dos tempos destinados à prática pedagógica, designadamente através de: redução/agilização de tarefas burocráticas; concertação de ações	Diretor Departamento Área disciplinar
<b>Ação dos grupos (Departamento/ AD)</b>	6- Melhorar a funcionalidade dos departamentos, enquanto estruturas de coordenação pedagógica, sem prejuízo da qualidade de representação dos grupos que os integram	Definição de orientações comuns ao departamento, a assumir pelos grupos como referência para a sua ação. Reforço do carácter pedagógico das reuniões, especificamente através do planeamento de momentos destinados ao trabalho pedagógico e científico	Departamento Área disciplinar

#### Subdomínio: Recursos humanos – Não Docentes

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Papel educativo</b>	7- Reforçar o papel do pessoal não docente na questão educativa	Promoção das funções do gestor de curso/ turma, no acompanhamento e gestão do percurso dos alunos Desenvolvimento de ações que incentivem a motivação do pessoal não docente	Diretor Diretor de Curso Diretor de Turma Assistentes
<b>Ação dos grupos (AT/AO)</b>	8- Melhorar condições de exercício da profissão, níveis de entreaajuda e a cooperação	Realização de encontros periódicos para: aferição e reajustamento de formas de organização do trabalho; avaliação do grau de satisfação e planeamento de iniciativas de formação	Diretor Assistentes

**Subdomínio: Recursos humanos – Encarregados de Educação**

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Envolvimento</b>	9- Incentivar a responsabilização dos encarregados de educação no processo educativo dos seus educandos	Promoção de “compromissos educativos” formais e informais, que visem o cumprimento do dever de assiduidade, o desenvolvimento de tarefas extra-aula e a corresponsabilização relativamente a atitudes e valores.  Realização de iniciativas de formação destinadas a EE	Diretor Diretor de Turma Professores Enc. Educação Associação de pais
<b>Participação</b>	10- Aumentar a participação dos encarregados de educação na vida da escola	Convite à participação dos EE em atividades (culturais, desportivas, orientação escolar, ou outras), em especial, nas que envolvem os seus educandos	Professores Projetos Associação de pais

**Subdomínio: Recursos Humanos e Materiais - Recursos materiais**

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Salas de aula</b>	11- Criar mais espaços flexíveis de aprendizagem, de modo a potenciar o uso pedagógico das TIC  12- Melhorar condições de desenvolvimento das atividades laboratoriais	Reorganização de algumas salas de aula, integrando o maior número possível de computadores  Renovação do espaço/equipamentos e materiais dos laboratórios	Diretor Departamento Área Disciplinar Equipa PTE
<b>Plataformas digitais</b>	13- Aumentar o uso da Plataforma, enquanto recurso educativo e organizacional	Organização de arquivos de estruturas, grupos de trabalho, projetos, aulas, entre outros	Comunidade escolar
<b>Gestão e manutenção do parque informático</b>	14- Assegurar o bom funcionamento dos equipamentos informáticos	Divulgação/atualização regular de <i>software hardware</i>	Diretor Equipa PTE
<b>Biblioteca Escolar</b>	15- Promover a BE como espaço que organiza e faculta recursos  16- Divulgar a BE como biblioteca aberta à comunidade educativa  17- Promover a capacidade de gerir de forma pessoal e crítica a informação	Divulgação dos recursos e valências da BE, junto de alunos, professores e pais.  Dinamização do blogue do CRE/BE Desenvolvimento de atividades que ajudem os alunos a identificar as potencialidades dos recursos existentes em diferentes suportes.  Desenvolvimento de um plano de literacia da informação	Equipa BE Departamento Área Disciplinar Professores Conselho de diretores de turma

<b>Sustentabilidade</b>	18- Desenvolver condições para a implementação de uma escola sustentável ao nível da gestão dos recursos	Adoção de práticas como sejam a: recolha seletiva dos lixos; substituição de equipamentos por outros mais economizadores do ponto de vista energético	Diretor Ecoescolas Comunidade Escolar
-------------------------	--	---	---

#### Subdomínio: Cultura de Avaliação

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Mecanismos de autoavaliação</b>	19- Melhorar os processos de intervenção e decisão	Sistematização de ação/decisões em procedimentos de avaliação contextualizados Recurso a diferentes instrumentos/modelos de avaliação Aplicação regular de observatórios de satisfação e metodologias de promoção da melhoria e da qualidade	Diretor C. Pedagógico Comissão de avaliação interna Departamento/ AD Estruturas intermédias Professores Assistentes
<b>Autoavaliação organizacional</b>	20- Incrementar e consolidar procedimentos de autoavaliação das diferentes estruturas e serviços da escola	Produção, organização e disponibilização/partilha de instrumentos de recolha de dados diversificados, passíveis de serem adaptados a diferentes necessidades e contextos Criação de arquivo digital na Plataforma - espaço CAI Criação de sistemas automatizados de recolha e tratamento de dados- <i>google.docs</i>	C. Geral C. Pedagógico Departamentos CAI Equipa PTE Professores

#### Subdomínio: Relação Exteriores

Áreas de Melhoria	Objetivos	Orientações Estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Iniciativas de colaboração</b>	21- Aprofundar as interações com a comunidade envolvente	Desenvolvimento de iniciativas conjuntas de índole cívica, social, cultural e formativa, como sejam: Feira do Emprego; Feira da Saúde; Jornadas desportivas; Comemoração de efemérides, Dia da Escola,...	C. Geral Diretor Professores Projetos
	22- Potenciar apoios financeiros, materiais e humanos	Desenvolvimento de intercâmbios com outras escolas para partilha de experiências e organização de atividades conjuntas Angariação de apoios junto das empresas e outras entidades locais (redução de custos, apoio logístico/técnico) Angariação de patrocínios que apoiem a dinamização de projetos da escola	

<b>Diversificação de parcerias</b>	23- Otimizar recursos e contrapartidas, no âmbito dos protocolos e parcerias estabelecidos	Estabelecimento de parcerias com ensino superior, nomeadamente como forma de apoio à formação especializada do corpo docente Promoção de encontros dos alunos com o trabalho de especialistas, em áreas do seu interesse	C. Geral Diretor C. Pedagógico C. D. de Curso Departamento Área Disciplinar BE
	24- Aprofundar parcerias destinadas a viabilizar aspetos fulcrais do plano estratégico da escola com autarquia e empresas	Estabelecimento de parcerias com empresas locais, no âmbito de estágios profissionais	

**DOMÍNIO:** Sucesso Educativo

**META-B:** Elevar o sucesso educativo dos alunos através de práticas educativas de qualidade, que respondam com equidade às necessidades e interesses dos alunos, proporcionando-lhes a aquisição de competências, conhecimentos e atitudes que lhes facilitem processos autónomos de aprendizagem, bem como a capacidade de participar na vida ativa, no âmbito de uma sociedade de valores.

**Subdomínio:** Oferta de Escola

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Diversificação da oferta</b>	1- Diversificar a oferta educativa curricular de modo contextualizado e sustentado	Levantamento regular de necessidades de formação da comunidade envolvente, nomeadamente através de questionários, contactos com a comunidade empresarial, etc	C. Geral Diretor C. Pedagógico CD de Curso Projetos D. Turma Departamento / AD
	2- Assegurar o apoio à reorientação dos percursos formativos dos alunos	Divulgação dos percursos formativos e das atividades de complemento curricular oferecidas pela Escola, em particular junto das escolas de origem dos alunos	
	3- Assegurar condições de continuidade da oferta não curricular	Distribuição adequada/equilibrada do serviço não letivo dos docentes	

**Subdomínio:** Práticas Pedagógicas

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Trabalho colaborativo</b>	4- Envolver e comprometer os pares na tomada de decisão	Planeamento de formas e momentos de partilha de práticas pedagógicas Definição e avaliação de compromissos coletivos ao nível das estruturas de orientação educativa.	C. Pedagógico Departamento / AD C. de Turma Professores



	5- Promover a partilha de práticas pedagógicas	Partilha de práticas entre: Departamentos, Áreas Disciplinares, Diretores de Turma Desenvolvimento de práticas entre pares em sala de aula Criação de condições para o desenvolvimento de iniciativas / experiências pedagógicas	
<b>Equidade no processo pedagógico</b>	6- Reforçar dispositivos de diferenciação pedagógica em função das necessidades, perfis e ritmos de aprendizagem  7- Atenuar desigualdades na possibilidade de acesso à informação	Diversificação de práticas de avaliação formativa Utilização regular dos dados das diferentes modalidades de avaliação dos alunos para reflexão e (re)ajustamento dos processos Diferenciação de tarefas, estratégias e práticas avaliativas em função de perfis individuais e /ou de grupo Diversificação de formas de apoio às aprendizagens. Desenvolvimento de competências estruturantes (capacidade de pesquisa, transformação e produção de informação, métodos de trabalho e técnicas de estudo) / construção de «cartilhas» para leitura e análise de documentos Apresentação dos diferentes recursos existentes, designadamente dos recursos educativos disponibilizados através do website da escola.	Professores BE/ Sala de Estudo Diretor de Turma

### Subdomínio: Sucesso Escolar

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Atitude face ao conhecimento</b>	8- Promover uma cultura de interesse pelo conhecimento	Desenvolvimento de iniciativas que visem a excelência no plano científico, técnico ou artístico, nomeadamente através de: <i>publicação de trabalhos de alunos;</i> <i>organização/promoção de prémios</i> Divulgação e partilha regular de informação científica, artística, etc. nas salas de aula, plataforma <i>Moodle</i> , <i>website</i> da Escola, <i>blog</i> da BE, Sala de Estudo... Envolvimento de um maior número de alunos em projetos de parceria com o ensino superior Envolvimento de um maior número de alunos em atividades e concursos, designadamente olimpíadas... Desenvolvimento de atividades letivas que promovam a conexão de conhecimentos e a contextualização no mundo atual e na	C. Pedagógico Departamentos Áreas disciplinares Professores Webmaster da Escola BE Sala de estudo Projetos

		<p>vida real dos alunos</p> <p>Desenvolvimento de atividades interdisciplinares</p> <p>Desenvolvimento de atividades de aprendizagem baseadas em diferentes metodologias: <i>Investigação-Ação, Trabalho de Projeto, Resolução de Problemas...</i></p>	
	<p>9- Promover a curiosidade científica através da pesquisa, experimentação e investigação</p>		
<b>Cultura de aprendizagem</b>	<p>10- Incentivar a partilha de experiências e entreatajuda como atitudes favoráveis à aprendizagem</p> <p>11- Promover o “sentido de turma”/”espírito de equipa”, como coletivo dinâmico propiciador de aprendizagens</p>	<p>Desenvolvimento do trabalho entre pares (pequenos grupos...) em diferentes contextos de aprendizagem</p> <p>Dinamização de grupos de alunos monitores que se voluntariem para prestar apoio a colegas na Sala de Estudo (Banco de Horas)</p> <p>Valorização do espaço de aula afeto à turma como forma de expressão e comunicação dos alunos (divulgação científica e cultural, etc)</p> <p>Divulgação e utilização de redes de aprendizagem (<i>online</i>)</p>	<p>Professores</p> <p>D. Turma/</p> <p>BE/ S. Estudo</p>
<b>Autonomia e criatividade</b>	<p>12- Desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos alunos na sua aprendizagem</p> <p>13- Promover o uso qualificado das TIC enquanto recurso de aprendizagem autónoma</p>	<p>Implementação de procedimentos regulares de autoavaliação dos alunos</p> <p>Utilização do reforço positivo na motivação e envolvimento dos alunos na sua aprendizagem</p> <p>Promoção de planos de trabalho autónomo em diferentes contextos (PIT, recuperação de módulos, planos de recuperação e desenvolvimento)</p> <p>Realização de portefólios de aprendizagem</p> <p>Recurso à Plataforma <i>Moodle</i> como potenciadora de aprendizagem autónoma</p> <p>Desenvolvimento de métodos e técnicas de estudo bem como de metodologias de trabalho, com recurso às TIC</p>	<p>Departamento / AD</p> <p>BE / S. Estudo</p> <p>D. Turma</p> <p>Professores</p>
<b>Resultados</b>	<p>14- Melhorar, de forma sustentada, os resultados escolares internos</p> <p>15- Reduzir o número de módulos por concluir, nos cursos profissionais</p>	<p>Identificação de resultados e/ou aspetos críticos em cada disciplina com vista a estabelecer planos de melhoria</p> <p>Envolvimento dos Departamentos/ AD no estabelecimento de metas para os resultados escolares (eficácia, qualidade e fluxos)</p>	<p>Diretor</p> <p>C. Pedagógico</p> <p>Departamentos</p> <p>Áreas disciplinares</p> <p>C. de Turma</p> <p>Professores</p> <p>CAI</p>

	16- Melhorar, de forma sustentada, os resultados nas provas de exame nacional	Constituição de pares pedagógicos, visando um melhor acompanhamento do desempenho nas disciplinas de maior insucesso Explicitação, aos alunos, dos objetivos das tarefas a realizar em sala de aula Concertação das atividades e momentos de avaliação, em conselho de turma, de modo a promover atitudes de rigor e organização nos alunos face à atividade escolar, potenciando o seu desempenho	
	17- Reduzir a taxa de retenção e abandono	Reforço da Sala de Estudo com mais professores nas disciplinas/cursos com menor rendimento escolar	
	18- Melhorar a eficácia pedagógica das atividades de ocupação dos tempos escolares	Criação de arquivos digitais de materiais e recursos didáticos por disciplina disponíveis para professores e alunos Enriquecimento dos <i>kits</i> pedagógicos para a utilização em atividades de ocupação dos tempos escolares dos alunos	
<b>Fluxos</b>	19- Melhorar os níveis de assiduidade dos alunos	Envolvimento dos EE em estratégias de redução do absentismo	CD. Turma D. Turma Professores EE
	20- Prevenir casos de abandono e proceder ao respetivo acompanhamento	Tipificação das causas do abandono escolar, com vista a ações de prevenção Exploração de soluções concretas com recurso a serviços especializados de apoio educativo no âmbito da orientação escolar e vocacional	Associação de Pais
	21- Reduzir taxa de abandono	Envolvimento dos EE em estratégias de redução do abandono	

### Subdomínio: Cidadania

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Competências sociais</b>	22- Promover o desenvolvimento pessoal dos jovens, bem como a compreensão e reflexão sobre os problemas ecológicos, sociais, culturais e éticos	Reforço da participação em atividades e projetos que visem: educação ambiental, educação para a saúde, educação artística e estética, participação cívica e política, solidariedade social	Conselho Geral Projetos
<b>Desenvolvimento atitudinal face a: ambiente e sustentabilidade, património cultural e artístico, estilo de vida saudável</b>	23- Promover atitudes positivas face ao meio físico e cultural no quadro de uma cidadania global e interdependente 24- Promover comportamentos e hábitos de vida saudável 25- Assegurar a educação sexual em todas as turmas	Reforço da participação em atividades e projetos no âmbito de: valorização do património natural, cultural e artístico, alimentação, atividade física, sexualidade  Desenvolvimento de iniciativas com apoio técnico do centro de saúde e outros profissionais no âmbito da educação sexual	Projetos

	26- Reforçar uma cultura de segurança no espaço escolar	Envolvimento da comunidade em iniciativas que visem a prevenção e proteção face a situações de emergência, nomeadamente em simulações e simulacros periódicos	
<b>Participação dos alunos em estruturas e atividades</b>	27- Promover a participação cívica e responsável dos alunos no seio da comunidade educativa. 28- Estimular a expressão crítica individual e coletiva dos alunos	Envolvimento dos alunos na organização e funcionamento de Projetos (de âmbito curricular e não curricular) Apoio a atividades (curriculares e não curriculares) da responsabilidade e/ou iniciativa dos alunos, tais como: sessões temáticas, colóquios; fóruns de discussão; apresentações/exposições temáticas	Diretor Projetos Associação de Estudantes Alunos

### Subdomínio: Valorização e impacto das aprendizagens

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Conhecimento do impacto</b>	29- Auscultar impacto da formação adquirida na Escola no percurso dos alunos	Dinamização de “observatórios” de acompanhamento do percurso pós-secundário dos alunos	C. Geral Diretor CAI
<b>Valorização das aprendizagens</b>	30- Valorizar os saberes e as aprendizagens realizadas pelos alunos	Realização do dia do diploma. Divulgação dos resultados da participação dos alunos em concursos e campeonatos de reconhecido valor educativo Divulgação dos projetos das Provas de Aptidão Profissional Criação de condições de reconhecimento/certificação dos cursos profissionais por entidades externas	Departamentos Áreas disciplinares Professores C. Cursos Profissionais

### DOMÍNIO: Formação/ Inovação

**META-C:** Incrementar a formação como forma de responder aos desafios científicos, pedagógicos e tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento pessoal e profissional, partindo de planos estratégicos de formação, fomentando uma cultura de aprendizagem e inovação pedagógica.

### Subdomínio: Valorização profissional e pessoal

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Atualização científico-pedagógica</b>	1- Apoiar a atualização científica e pedagógica dos professores	Levantamento regular das necessidades específicas de formação. Construção de um plano estratégico de formação em articulação com o CFAEPPPP e outras instituições.	C. Pedagógico Departamentos Áreas disciplinares

<b>TIC</b>	2- Promover e apoiar a integração das TIC na prática profissional. 3- Promover a reflexão sistemática sobre as potencialidades didático-pedagógicas das TIC, no sentido da renovação do processo de aprendizagem	Reforço de iniciativas de formação interna no âmbito da utilização pedagógica das TIC e da promoção das literacias de informação Divulgação de boas práticas de uso das TIC. Organização de sessões de apresentação de produtos educativos multimédia disponíveis	Departamentos PTE
<b>Educação Sexual</b>	4- Dinamizar e apoiar a formação dos docentes no âmbito da Educação Sexual	Apoio às iniciativas do PES no âmbito da formação dos docentes para a Educação Sexual Reforço do envolvimento por parte da comunidade educativa nas iniciativas do PES	Diretor PES D. Turma Professores
<b>Pessoal não docente</b>	5- Promover a formação do pessoal não docente, no âmbito da valorização da sua ação educativa	Iniciativas de formação interna destinadas ao pessoal não docente, em particular no âmbito: da prevenção/resolução de situações de conflitos, do uso das TIC e do relacionamento interpessoal	Diretor Equipa PTE Corpo não docente
<b>Valorização pessoal</b>	6- Desenvolver iniciativas que promovam a valorização pessoal do pessoal docente e não docente	Desenvolvimento de jornadas de reflexão coletiva sobre diferentes áreas de relevância pedagógica Divulgação de informação relevante que vise a valorização pessoal	C. Geral Diretor Professores Corpo não docente

### Subdomínio: Inovação

Áreas de melhoria	Objetivos	Orientações estratégicas	Estruturas implicadas
<b>Práticas pedagógicas</b>	7- Promover o desenvolvimento sustentado de práticas inovadoras	Produção e experimentação de materiais didáticos em formatos e suportes que apelem a metodologias mais ativas centradas na aprendizagem Desenvolvimento de experiências de renovação didático-pedagógica em sala de aula	C. Pedagógico Diretor Departamento / AD Professores
<b>Práticas de I&amp;D</b>	8- Criar grupos/projetos de investigação e desenvolvimento organizacional	Melhoria dos aspetos organizacionais promotores da inovação Consecução de projetos inovadores, em parceria com instituições de ensino superior ou outras entidades vocacionadas para a investigação	C. Pedagógico Diretor CAI Departamento / AD Professores

## VI. INSTRUMENTOS OPERACIONALIZADORES E DIVULGAÇÃO

### 1. Instrumentos operacionalizadores

Depois de aprovado o projeto educativo, é da responsabilidade de toda a comunidade escolar definir e orientar o conjunto de ações a desenvolver entre 2012 e 2015, fundamentadas nos **Princípios** e nas **Metas** que se estabeleceram. A partir das **Metas**, definidas a três anos, formularam-se os **Objetivos** a atingir, estabelecendo a prioridade das ações a levar a cabo ao nível das diferentes estruturas.

Assim, este projeto educativo assume-se como documento inconcluso, reservando aos próximos planos de atividades e a outros documentos que entretanto se venham a realizar – nomeadamente na área da avaliação - a possibilidade de se proceder a reajustamentos. Os Planos Anual e Plurianual de Atividades constituir-se-ão assim como os instrumentos operacionalizadores do Projeto Educativo devendo, para esse fim, estruturar-se de acordo com os seguintes itens:

#### **Plano Plurianual de Atividades**

- Opções estratégicas – onde se estabelecem as opções a três anos, em função das metas e dos objetivos propostos no PE;
- Organização Pedagógica da Escola – critérios gerais na atribuição do serviço docente, na definição da oferta educativa, na constituição de turmas, na elaboração dos horários dos alunos e na avaliação pedagógica, em conformidade com os **Princípios** do Projeto Educativo;
- Gestão orçamental – onde se estabelecem as prioridades observadas na gestão do orçamento;
- Áreas prioritárias de intervenção – de acordo com as metas e objetivos definidos para cada área de intervenção do Projeto Educativo serão apontados desafios/ações a implementar para cada ano de vigência deste documento.

#### **Plano Anual de Atividades:**

- Atividades – descrição, calendarização, dinamizadores, destinatários e local da ação;
- Organização da Escola – oferta formativa, calendário escolar, horário de funcionamento.

O Regulamento Interno constitui outro dos documentos que operacionaliza o Projeto Educativo, contendo as regras e procedimentos referentes à estrutura orgânica, pedagógica, administrativa e financeira da Escola, os direitos e deveres dos seus atores, as competências dos seus órgãos e estruturas de orientação educativa, as medidas educativas e procedimentos disciplinares relativos aos alunos, estabelecendo, em síntese, o regime de funcionamento da nossa Escola.

### 2. Divulgação e acompanhamento

O Projeto Educativo constitui um documento estratégico que deve orientar os planos operacionais de médio e curto prazo. Enquanto referente interno, constitui o ponto inicial e orientador de toda a planificação da Escola. Por conseguinte, a sua discussão e divulgação é, sem dúvida alguma, um passo

determinante no processo de envolvimento de toda a comunidade educativa na sua implementação e concretização.

Assim:

– Os órgãos de administração e gestão, bem como as estruturas de orientação educativa, deverão pôr em destaque as metas e objetivos do Projeto Educativo a que pretendem dar resposta no plano de decisão que lhes compete;

– Os coordenadores dos diretores de turma e os diretores de turma deverão promover, logo no início de cada ano letivo, a necessidade da observância e divulgação do Projeto pelos encarregados de educação;

– Os diretores de turma deverão esclarecer, no início de cada ano letivo, dos propósitos do projeto e do entendimento que este faz dos alunos, razão central para a sua elaboração;

– A disponibilização de uma síntese informativa do Projeto Educativo (a incluir numa brochura com informação sobre o funcionamento da Escola) no início do ano letivo poderá, também, contribuir para uma tomada de conhecimento mais generalizada, não apenas entre alunos, mas também entre os novos professores e os encarregados de educação;

– O diretor dará conhecimento do Projeto Educativo a todo o pessoal não docente, como também a outros atores com os quais a Escola desenvolva parcerias, protocolos ou outras iniciativas conjuntas, promovendo a participação de todos os intervenientes da Escola na concretização e operacionalização deste projeto.

O documento do projeto educativo deverá estar disponível para consulta nos seguintes locais:

- Biblioteca Escolar;
- Instalações da Associação de Estudantes;
- Instalações (website) Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Sala de Professores;
- Sala dos Diretores de Turma;
- Página da Escola na Internet;
- Sala de Pessoal Não Docente;
- Serviços administrativos.

## VII. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A operacionalização do Projeto Educativo será realizada através de um processo de avaliação anual com base na análise e discussão, ao nível dos diferentes órgãos de gestão, de instrumentos de avaliação que a Escola elabora sistemática e regularmente, tais como:

- relatórios dos planos anual e plurianual de atividades;
- relatórios de diretores de turma e curso e respetivos coordenadores;
- relatórios de coordenação de estruturas educativas e projetos;
- relatórios de coordenadores de departamento;
- registos de ações de formação frequentadas pelo pessoal docente e não docente;
- relatórios de grupos de trabalho diversos;
- relatórios da Direção;
- relatórios de avaliação externa, relatórios CAI e planos de ação e melhoria;
- relatórios sobre resultados.
- atas do conselho geral, conselho pedagógico, dos departamentos, áreas disciplinares e conselhos de turma.

Os instrumentos referidos deverão constituir fontes de reflexão crítica, explicitando o nível de concretização das metas e objetivos definidos no Projeto Educativo e os eventuais ajustamentos a realizar a curto prazo.

Desta apreciação conjunta, a realizar no final de cada ano letivo, decorrerá o planeamento do ano seguinte, tendo como reflexo a alteração fundamentada e sustentada da proposta inicial.

A monitorização e a avaliação do Projeto Educativo deve, por conseguinte, ir além da mera formalidade e ser assumida como momento de ativa participação de todos e como uma oportunidade de enriquecimento do projeto inicial. A avaliação deve assim conferir um dinamismo ao Projeto, mobilizando os atores nele implicados e reforçando a identidade da instituição.

Para efeitos de monitorização e acompanhamento da execução do Projeto, serão efetuadas avaliações intermédias anuais, através de:



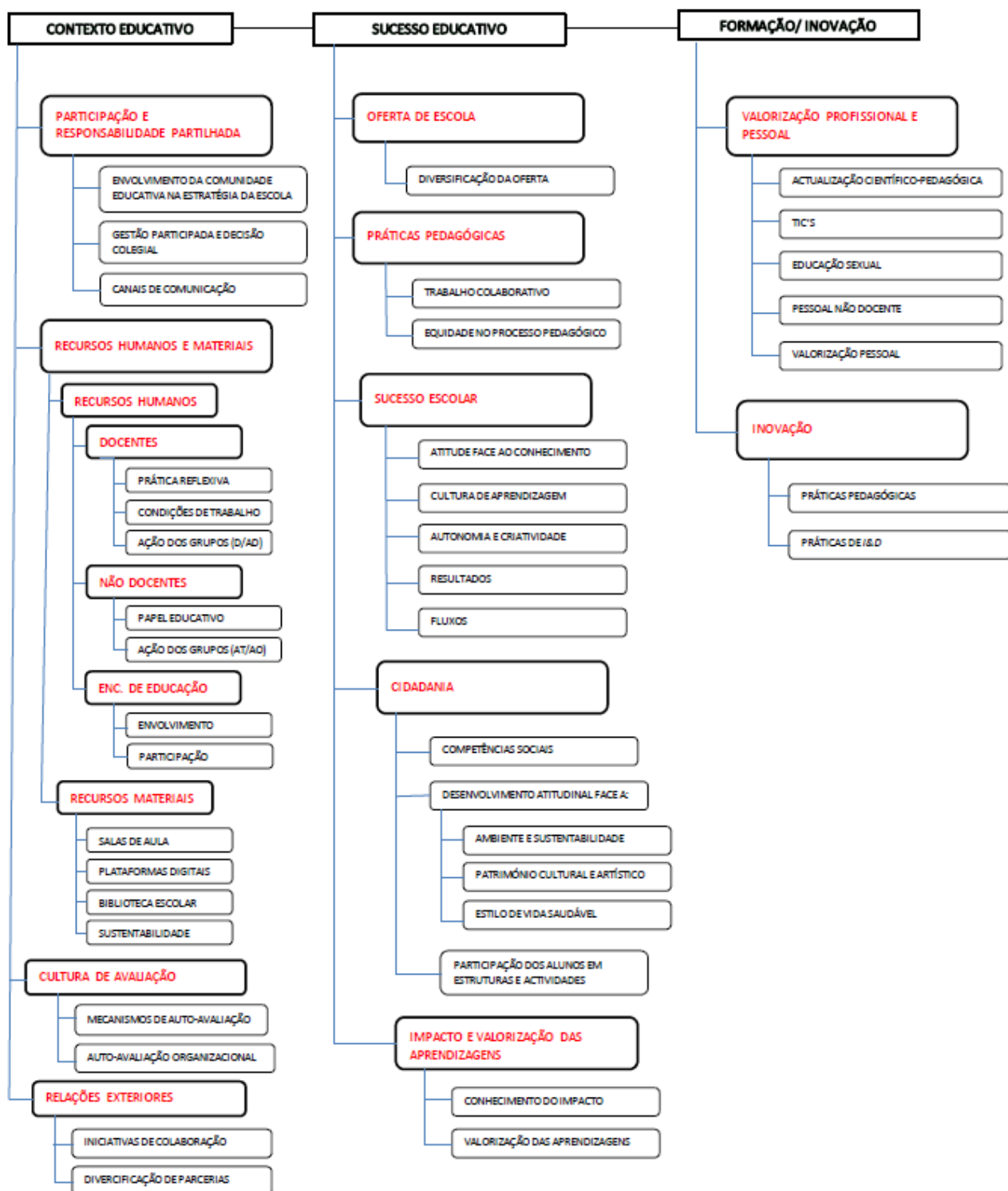
Responsáveis pela monitorização e/ou avaliação	Instrumentos de monitorização e/ou avaliação	Responsáveis pela elaboração	Calendarização
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b> <b>Conselho Geral</b>	Relatórios intermédios e finais de: – plano anual de atividades; – plano plurianual de atividades.	Comissão de coordenação do plano anual de atividades e adjunto ou assessor ou docente nomeado pelo diretor	Relatório intermédio em janeiro  Relatório final entregue em julho
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b>	Relatórios sobre resultados dos alunos	Departamentos Cordenadores dos diretores de turma Comissão de avaliação interna Secção de resultados do conselho pedagógico	Relatório no início de cada período letivo
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b>	Relatórios de diretores de turma e de curso e respetivos coordenadores	Diretores de Turma e de Curso Coordenadores de diretores de turma e de diretores de curso	Relatório entregue em julho
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b>	Relatórios de coordenadores de Departamento	Coordenadores de Departamento	Relatório entregue em julho
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b>	Registos de ações de formação frequentadas pelo pessoal docente e não docente	Conselho Pedagógico e Serviços Administrativos	Relatório entregue em julho
<b>Diretor</b> <b>Conselho Pedagógico</b>	Relatórios de estruturas educativas, projetos e grupos de trabalho	Coordenadores/ Responsáveis	Relatório entregue em julho
<b>Conselho Geral</b>	Relatórios de gestão (contas de gerência, proposta de orçamento e execução)	Diretor e Conselho Administrativo	Relatório entregue em dezembro e em julho
<b>Conselho Pedagógico e Conselho Geral</b>	Relatórios comissão de avaliação interna	Comissão de Avaliação Interna	Relatório entregue em julho

No final do triénio, terá lugar uma avaliação global, resultante do apuramento das avaliações intermédias, que servirá para aferir o nível de concretização do presente projeto, da qual resultará a eventual reformulação dos princípios e o estabelecimento das novas metas e objetivos a perseguir no triénio seguinte.

## Referências bibliográficas

- Assembleia da República, Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto. *Diário da República* I Série – A, n.º 155, de 12 de agosto de 2005. *Sétima revisão da Constituição da República Portuguesa*.
- Assembleia da República, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. *Diário da República* I Série, n.º 237, de 14 de outubro de 1986. Lei de Bases do Sistema Educativo.
- Azevedo, J. (2002) *Avaliação de Escolas: Consensos e divergências*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, J. (2003) *Reforma Educativa e Governabilidade da Educação*. Buenos Aires: IIEE.
- Câmara Municipal de Paredes (2009). *Carta Educativa de Paredes*. <http://www.cm-paredes.pt>
- Declaração Universal dos Direitos da Criança. Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro. Ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 49/90, da mesma data. *Diário da República*, I Série A, n.º 211/90.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948. *Diário da República* I Série, n.º 57, de 9 de março de 1978.
- Escola Secundária de Vilela / Comissão de avaliação interna (2010) *Relatório 2009/2010*. <http://www.esvlela.pt>
- Macbeath, J. *et al.* (2000) *Qualidade XXI – Guia Prático de Autoavaliação*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- Rawls, J. (1971) *A Theory of Justice*, Cambridge. MA: Harvard University Press.
- Savater, F. (1997), *O valor de educar*. Lisboa: Presença.

PLANO DE INTERVENÇÃO (ESQUEMA)  
DOMÍNIOS, SUBDOMÍNIOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO



ENSINO BÁSICO REGULAR		Nº de alunos Internos	CIF	Classificação Exame	CFD	Dif CIF/Exa	Dif CIF/CFD	
								Eficácia (%)
Língua Portuguesa	2011	64	96,9	42,2	96,9	-54,7	0,0	
	2010	97	86,6	56,7	85,6	-29,9	-1,0	
	2009	120	88,3	57,5	85,2	-30,8	-3,1	
				Qualidade (%)			Coerência (%)	
	2011	64	28,1	7,8	25,0	-20,3	-3,1	
	2010	97	28,9	18,6	25,8	-10,3	-3,1	
	2009	120	31,7	11,7	26,3	-20,0	-5,4	
			Eficácia (%)			Coerência (%)		
Matemática	2011	64	60,9	23,4	57,8	-37,5	-3,1	
	2010	97	74,2	44,3	73,2	-29,9	-1,0	
	2009	120	88,3	45,8	86,0	-42,5	-2,3	
				Qualidade (%)			Coerência (%)	
	2011	64	17,2	3,1	14,1	-14,1	-3,1	
	2010	97	30,9	20,6	29,9	-10,3	-1,0	
	2009	120	25,8	14,2	20,1	-11,6	-5,7	

**ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR**

		Qualidade (%)					Coerência (%)	
		Nº de alunos Internos	CIF	Classificação Exame	Valores	CFD	Dif CIF/Exa	Dif CIF/CFD
Biologia e Geologia	2011	53	13,1	92,8	9,4	12,0	-3,7	-1,1
	2010	75	13,5	97,5	9,9	12,4	-3,6	-1,1
	2009	51	13,8	97,7	9,9	12,7	-3,9	-1,1
Física e Química A	2011	43	12,3	87,5	8,9	11,4	-3,4	-0,9
	2010	85	12,5	86,6	8,8	11,5	-3,7	-1,0
	2009	46	12,3	90,4	9,1	11,3	-3,2	-1,0
Geografia A	2011	14	13,1	119,7	12,1	12,8	-1,0	-0,3
	2010	41	13,2	108,3	11,0	12,4	-2,2	-0,8
	2009	62	12,4	105,7	10,8	12,0	-1,7	-0,5
História A	2011	38	12,2	100,6	10,2	11,5	-2,0	-0,7
	2010	51	12,7	117,4	11,9	12,5	-0,8	-0,2
	2009	57	12,7	113,5	11,5	12,4	-1,2	-0,3
MACS	2011	9	13,7	102,9	10,4	12,8	-3,3	-0,9
	2010	29	11,9	116,3	11,9	12,0	0,0	0,2
	2009	10	12,4	147,9	15,0	13,1	2,6	0,7
Matemática A	2011	64	12,8	101,3	10,3	12,1	-2,5	-0,7
	2010	44	12,9	101,9	10,4	12,3	-2,5	-0,6
	2009	34	13,3	113,9	11,6	12,7	-1,7	-0,6
Português	2011	107	13,4	96,4	9,9	12,4	-3,5	-1,0
	2010	101	13,1	107,6	11,0	12,5	-2,1	-0,6
	2009	99	13,2	113,8	11,6	12,7	-1,6	-0,5

## Taxas de sucesso por ano letivo (eficácia global)

Escola Secundária de Vilela (Escola 403453)

		2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011
Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo		Taxa de Sucesso (eficácia global)	Taxa de Sucesso (eficácia global)	Taxa de Sucesso (eficácia global)	Transitou/ concluiu (nº)	Transitou/ concluiu (nº)	Transitou/ concluiu (nº)	Total de alunos (nº)	Total de alunos (nº)	Total de alunos (nº)	Taxa de Sucesso Nacional (eficácia global)	Taxa de Sucesso Nacional (eficácia global)	Taxa de Sucesso Nacional (eficácia global)
Básico		85,2%	85,1%	91,8%	299	268	318	364	330	383	91,9%	91,6%	92,0%
	Regular	85,8%	85,1%	90,6%	277	268	290	332	330	322	92,1%	91,9%	92,3%
	7º Ano	89,1%	84,8%	90,4%	49	106	123	56	127	136	82,6%	83,3%	84,1%
	8º Ano	84,1%	84,6%	93,7%	106	66	104	131	85	113	88,9%	89,0%	89,7%
	9º Ano	85,9%	85,7%	86,3%	122	96	63	145	118	73	87,2%	85,9%	86,0%
	CEF	78,6%	-	100,0%	22	0	28	32	0	61	91,5%	-	91,9%
	Tipo 2	78,6%	-	100,0%	22	0	28	32	0	39	91,3%	-	91,9%
Tipo 3	-	-	100,0%	-	0	18	-	0	22	-	-	94,2%	
Secundário		87,2%	86,2%	87,3%	614	605	550	743	744	670	83,4%	82,1%	81,3%
	RegularTecnologico	79,5%	84,7%	75,4%	58	50	46	79	65	68	79,0%	74,4%	74,7%
	10º Ano	85,0%	81,0%	74,1%	17	17	20	22	27	32	75,6%	71,5%	74,9%
	11º Ano	100,0%	94,1%	95,0%	18	16	19	19	17	21	92,5%	87,6%	89,0%
	12º Ano	65,7%	81,0%	50,0%	23	17	7	38	21	15	73,5%	68,6%	61,0%
	RegularCH	83,9%	85,4%	81,8%	312	269	258	401	332	317	80,7%	80,4%	79,3%
	10º Ano	78,8%	83,3%	88,0%	119	70	88	166	88	114	85,0%	83,5%	84,8%
	11º Ano	93,3%	96,7%	94,5%	111	116	89	129	126	80	88,9%	88,4%	89,0%
	12º Ano	80,4%	74,8%	68,6%	82	83	81	106	118	123	67,0%	68,0%	63,1%
	Profissional	89,1%	92,9%	96,4%	122	171	188	140	198	220	94,3%	88,3%	86,4%
	1º Ano	100,0%	97,5%	100,0%	67	77	68	70	92	90	96,6%	95,6%	96,8%
	2º Ano	100,0%	100,0%	100,0%	42	58	66	42	59	68	99,0%	98,4%	98,9%
	3º Ano	46,4%	76,6%	88,5%	13	36	54	28	47	62	77,8%	65,4%	62,0%
EFA	100,0%	79,9%	96,7%	122	115	58	123	149	65	89,5%	84,4%	85,8%	
S	100,0%	79,9%	96,7%	122	115	58	123	149	65	89,5%	84,4%	85,8%	

FONTE: MISI

### Fluxos por ano letivo

Escola Secundária de Vilela (Escola 403453)

Ensino/Modalidade/Ano ou Tipo	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2008-2009		2009-2010		2010-2011	
	Total de alunos (nº)	Total de alunos (nº)	Total de alunos (nº)	Fluxos			Fluxos			Fluxos			TOTALS	Taxa de abandono+ desistência	TOTALS	Taxa de abandono+ desistência	TOTALS	Taxa de abandono+ desistência
				Anulou Matrícula	Anulou Matrícula	Anulou Matrícula	Transferido	Transferido	Transferido	Excluído/Retido por Faltas	Excluído/Retido por Faltas	Excluído/Retido por Faltas						
<b>Básico</b>	694	330	383	14	6	1	8	10	12	2	0	0	24	3,5%	16	4,8%	13	3,4%
Regular	332	330	322	5	6	1	4	9	1	0	0	0	9	2,7%	15	4,5%	2	0,6%
7º Ano	56	127	136	0	0	0	1	2	0	0	0	0	1	1,8%	2	1,6%	0	0,0%
8º Ano	131	85	113	3	1	1	2	6	1	0	0	0	5	3,8%	7	8,2%	2	1,8%
9º Ano	145	118	73	2	5	0	1	1	0	0	0	0	3	2,1%	6	5,1%	0	0,0%
CEF	362	0	61	9	0	0	4	1	11	2	0	0	15	4,1%	1	-	11	18,0%
Tipo 2	32	0	39	9	0	0	4	1	11	2	0	0	15	48,9%	1	-	11	28,2%
Tipo 3	-	0	22	-	0	3	-	0	1	-	0	0	-	-	0	-	4	18,2%
<b>Secundário</b>	743	744	670	30	37	43	9	4	20	1	20	0	40	5,4%	61	8,2%	63	9,4%
Regular Tecnológico	79	65	68	6	5	6	0	1	1	0	1	0	6	7,6%	7	10,8%	7	10,3%
10º Ano	22	27	32	2	5	4	0	1	1	0	0	0	2	9,1%	6	22,2%	5	15,6%
11º Ano	19	17	21	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	5,3%	1	5,9%	1	4,8%
12º Ano	38	21	15	3	0	1	0	0	0	0	0	0	3	7,9%	0	0,0%	1	6,7%
Regular CH	401	332	317	21	14	11	8	3	15	1	14	0	30	7,5%	17	5,1%	26	8,2%
10º Ano	166	88	114	12	4	4	3	0	10	0	0	0	15	9,0%	4	4,5%	14	12,3%
11º Ano	129	126	80	5	4	4	5	2	3	1	0	0	11	8,5%	6	4,8%	7	8,8%
12º Ano	106	118	123	4	6	3	0	1	2	0	0	0	4	3,8%	7	5,9%	5	4,1%
Profissional	140	198	220	3	13	21	0	0	4	0	2	0	3	2,1%	15	7,6%	25	11,4%
1º Ano	70	92	90	3	12	18	0	0	4	0	2	0	3	4,3%	14	15,2%	22	24,4%
2º Ano	42	59	68	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	1	1,7%	2	2,9%
3º Ano	28	47	62	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%	1	1,6%
EFA	123	149	65	0	5	5	1	0	0	0	17	0	1	0,8%	22	14,8%	5	7,7%
S	123	149	65	0	5	5	1	0	0	0	17	0	1	0,8%	22	14,8%	5	7,7%

FONTE: MISI